



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

**PROCESSO Nº:** 35.734/2008-e-A

**JURISDICIONADA:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF

**ASSUNTO:** Auditoria

**EMENTA:** Auditoria Operacional nº 2.0002.08, tendo como objeto a avaliação de instalações, de equipamentos e de instrumentos, bem como guarda e gestão de bens, materiais e equipamentos pela Secretaria, no que tange aos centros cirúrgicos oftalmológicos. Decisão nº 2.600/2009: a Corte determinou a remessa do referido relatório de auditoria à SES/DF para manifestação. Diversas deliberações. Decisão nº 3.842/2015: expediu determinações à SES/DF. Decisão nº 6.401/2016: considerou não atendidas as determinações contidas na Decisão nº 3.842/2015 e reiterou à SES/DF o respectivo atendimento. Decisão nº 533/2018: tomou conhecimento do Relatório de Monitoramento, considerou parcialmente atendidas as determinações e reiterou as determinações não atendidas. Decisão nº 2.398/2019: tomou conhecimento do Relatório de Monitoramento, considerou parcialmente atendidas as determinações e reiterou as determinações não atendidas. Decisão nº 3.609/2021 (no bojo do Processo nº 00600-00008357/2021-09-e): o Plenário conheceu da Representação nº 55/2021-G2P; determinou ao IGESDF e à SES/DF que apresentassem esclarecimentos circunstanciados quanto ao teor da representação; e autorizou a apensação do processo originário (da representação) nestes autos para fins de apreciação conjunta. **Nesta fase:** análise do atendimento das diligências e exame do mérito da Representação. **Unidade Técnica:** sugere à Corte considerar não atendidas as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019; considerar procedente a Representação nº 55/2021-G2P; reiterar à SES/DF que, no prazo de 180 dias, dê efetivo cumprimento às diligências em referência (item III); determinar ao IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os



estoques dos medicamentos e insumos constantes na Representação nº 55/2021-G2P; alertar à atual titular da SES/DF que a situação destes autos pode configurar descumprimento à decisão desta Corte, implicando na possibilidade de aplicação de multa sem necessidade de prévia audiência do responsável, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 dias.

**Ministério Público converge parcialmente:** Diverge em relação ao item III proposto pelo CT, que reiterou as diligências não atendidas. Pugna, em substituição ao item III, pelas seguintes providências: autuação de processo em apartado para ouvir os responsáveis com relação ao descumprimento da Decisão da Corte, a partir de 2013 (Decisão nº 5.827/2013); audiência da Secretária de Estado de Saúde do DF, com vistas à aplicação de multa por ato gestão antieconômico, se for o caso, considerando o atual estado dos serviços de oftalmologia entregue à população; ciência e determinação ao Governador do Distrito Federal para que, no prazo de 180 dias, adote todas as providências para que seja dado efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/2015, alertando-o que o descumprimento poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da LC nº 1/94; bem como requer ao Tribunal que autorize e realize auditoria nessa importante área em cumprimento às Decisões nºs 6.152/2017 e 3.370/2022.

**Voto convergente com a Unidade Técnica e parcialmente com o MPC, com acréscimo:** considere não atendidas as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019, considere procedente a Representação nº 55/2021-G2P; reitere à SES/DF que, no prazo de 180 dias, dê efetivo cumprimento as diligências reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019; determine ao IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos constantes da Representação nº 55/2021 – G2P; alerte à atual titular da Secretaria de Estado de Saúde do DF que a situação destes autos pode configurar descumprimento à Decisão desta Corte, implicando na possibilidade de aplicação de multa sem necessidade de audiência prévia da responsável; e **em acréscimo**, dê ciência ao Gabinete do Governador do Distrito Federal -



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

GAG da reiteração à SES/DF para atendimento das diligências em razão da relevância da matéria na prestação de serviços oftalmológicos.

## RELATÓRIO

Tratam os autos da Auditoria Operacional nº 2.0002.08, constante do Plano Geral de Ação de 2008, realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tendo como objeto a avaliação de instalações, de equipamentos e de instrumentos, bem como a guarda e gestão de bens, materiais e equipamentos pela Secretaria, no que tange aos centros cirúrgicos oftalmológicos.

A Unidade Técnica realizou a mencionada fiscalização e, por meio do Relatório de Auditoria de Desempenho nº 2.0002.08 (peça 9), registrou os seguintes achados:

- 1) Irregularidades quanto aos equipamentos oftalmológicos;
- 2) Irregularidades quanto à aquisição de insumos;
- 3) Irregularidades quanto às instalações físicas;
- 4) Carência de servidores;
- 5) Ausência de campanhas preventivas de doenças oftalmológicas; e
- 6) Terceirização de procedimentos oftalmológicos.

Em razão dos citados achados, após a análise de diversas diligências, o Plenário expediu determinações à SES/DF, mediante a Decisão nº 3.842/2015 (peça 113), nos seguintes termos:

*(...) IV – **determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:** a) adote medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008-SAS, do Ministério da Saúde; b) elabore plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destina; c) identifique os equipamentos oftalmológicos sem contrato de manutenção e analise a viabilidade técnica-econômica da contratação dos serviços; d) elabore e implemente um plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde; e) promova melhorias no processo de controle patrimonial de*



*equipamentos médico-hospitalares e de supervisão dos contratos de manutenção, que possibilitem a interação entre as áreas e os executores de contrato, de forma a garantir a efetividade na gestão dos equipamentos, permitindo, por exemplo, a obtenção de informações gerenciais atualizadas, tal como, localização e estado de conservação dos bens, unidade responsável pela guarda do bem, existência de contrato de manutenção e executor designado; V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de que as determinações do item anterior têm natureza de reiteração do contido nas Decisões nºs 952/2011, 2458/2012 e 4084/2014, e que eventual descumprimento poderá ensejar aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994; VI – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que elabore, em 90 (noventa) dias, plano de ação para implementação das determinações objeto do Item IV, conforme modelo anexo da Informação nº 06/15, com a indicação das ações, prazos e responsáveis, que deve ser encaminhado a esta Corte de Contas para posterior monitoramento; (...) (grifei)*

Após a realização de 2 monitoramentos (peças 151 e 172), foram considerados atendidos os itens IV.c e IV.e da Decisão nº 3.842/2015, conforme Decisões nºs 6.401/2016 (peça 130)<sup>1</sup>, 533/2018<sup>2</sup> (peça 159), 2.327/2019<sup>3</sup> (peça 177) e 2.398/2019<sup>4</sup> (peça 179) (última deliberação).

<sup>1</sup> (...) I – tomar conhecimento da Informação nº 33/16-DIAUD2 e dos documentos de fls. 850/881; II – **considerar não atendidas as determinações contidas nos itens “IV” e “VI” da Decisão 3.842/15; III – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal os itens “IV” e “VI” da Decisão 3.842/15,** alertando o titular da Pasta quanto ao disposto no item “V” da mesma decisão; IV – alertar o titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que: a) obtenha, para atendimento do item precedente, junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca das ações a serem implementadas e os respectivos prazos de execução, conforme modelo em Anexo à Informação nº 33/16; b) as respostas encaminhadas ao Tribunal não se restringem à posição de setores específicos, devendo expressar as diretrizes e a visão estratégica da alta administração da Pasta (...);

<sup>2</sup> (...) I – tomar conhecimento: a) **do Relatório de Monitoramento de fls. 1.027/1.052;** b) dos documentos de fls. 936/1026; II – **considerar: a) atendido o inciso IV, alínea “c” da Decisão nº 3.842/15;** b) **não atendido o inciso IV, alíneas “a”, “b”, “d” e “e” da Decisão nº 3.842/15;** III – **determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, envie a esta Corte relatório sobre as medidas adotadas com vistas à implementação das determinações contidas no inciso IV, alíneas “a”, “b”, “d” e “e” da Decisão nº 3.842/15,** bem como os resultados delas decorrentes, que será utilizado para subsidiar o monitoramento desta Corte; IV – **autorizar:** a) o envio de cópia do Relatório de Monitoramento de fls. 1.027/1.052, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal; b) **a continuidade do monitoramento das ações realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com objetivo de atingir o pleno atendimento das deliberações desta Corte;** (...)

<sup>3</sup> O Tribunal, por unanimidade, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, decidiu, em conformidade com o disposto no art. 99 do RI/TCDF, adiar a discussão da matéria tratada nos autos.

<sup>4</sup> I – tomar conhecimento: a) **do Relatório de Monitoramento de fls. 1.184/1.208;** b) dos documentos de fls. 1.078/1.183; II – **considerar em relação à Decisão nº 3.842/15:** a) **atendido o inciso IV, alínea “e”;** b) **não atendido o inciso IV, alíneas “a”, “b” e “d”;** III – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, dê efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/15, no sentido de: a) adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde; b) elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam; c) elaborar e implementar plano de gerenciamento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Na última deliberação destes autos, a Corte, por meio da Decisão 2.398/2019 (peça 179), reiterou as diligências remanescentes, nos termos a seguir:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Monitoramento de fls. 1.184/1.208; b) dos documentos de fls. 1.078/1.183; II – considerar em relação à Decisão nº 3.842/15: a) atendido o inciso IV, alínea “e”; b) não atendido o inciso IV, alíneas “a”, “b” e “d”; III – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, dê efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/15, no sentido de: a) adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde; b) elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam; c) elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM); IV – alertar o Secretário de Estado de Saúde que o descumprimento de deliberação desta Corte, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94; (...)*

Em atendimento à deliberação supramencionada, a SES/DF encaminhou ao Tribunal manifestação, por intermédio do Ofício nº 218/2020-SES/GAB (peça 186).

Posteriormente, por meio da Decisão nº 3.609/2021 (cópia à peça 203), proferida no bojo do Processo nº 00600-00008357/2021-09, o Tribunal conheceu da Representação nº 55/2021-G2P e seus anexos (peças 1/6 do Processo nº 8.357/2021-09), apresentada pelo MPjTCDF, versando acerca de possíveis irregularidades relacionadas à falta de insumos para a realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF;

---

equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM); IV – alertar o Secretário de Estado de Saúde que o descumprimento de deliberação desta Corte, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94; V – autorizar: a) o envio de cópia do Relatório de Segundo Monitoramento, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal, ao Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para os fins pertinentes. (...)



determinou ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF e à SES/DF que apresentassem esclarecimentos circunstanciados quanto ao teor da citada Representação, bem como autorizou a apensação do referido processo nestes autos.

Em cumprimento à decisão retromencionada, o IGESDF e a SES/DF encaminharam ao Tribunal os Ofícios n<sup>os</sup> 449/2022 – IGESDF e 1.970/2022-GAB-SES (peças 22/23 do Processo n<sup>o</sup> 8.357/2021-09).

O Corpo Técnico, por meio da Informação n<sup>o</sup> 111/2023-DIASP1 (peça 204), analisa o atendimento das diligências, bem como o mérito da Representação, nos seguintes termos:

(...)

## **II – ANÁLISE DAS DILIGÊNCIAS DISPOSTAS NA DECISÃO N<sup>o</sup> 2398/2019**

### **II.1 - MANIFESTAÇÃO DA SES/DF**

13. *A Pasta apresentou esclarecimentos por meio do Ofício n<sup>o</sup> 218/2020 - SES/GAB<sup>18</sup>, reportando-se à manifestação da Gerência de Equipamentos Médicos<sup>19</sup>.*

14. *A Secretaria informou que se encontrava vigente um contrato com empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, em equipamentos de oftalmologia de diversas marcas pertencentes a rede pública de saúde da SES/DF, objeto do Contrato n<sup>o</sup> 087/2017 - SES/DF<sup>20</sup>.*

15. *Além disso, informou que estava em andamento o processo SEI GDF n<sup>o</sup> 00060-00169477/2017-41, para aquisição de equipamentos necessários aos serviços de oftalmologia da SES/DF.*

16. *Frisou, por fim, o desenvolvimento de um sistema de controle dos equipamentos médicos, no âmbito da SES/DF, chamado de Sistema de Gerenciamento de Equipamentos – SIGEP.*

#### **II.1.1 – ANÁLISE**

17. *Inicialmente, cabe observar que se pretende, neste momento, analisar o cumprimento da Decisão n<sup>o</sup> 2398/2019.*

---

<sup>18</sup> Peça 202, e-DOC 091D678F, páginas 101/102

<sup>19</sup> Peça 202, e-DOC 091D678F, página 107

<sup>20</sup> Firmado em 03/11/2017 com a empresa Excimer Tecnologia Comércio e Assistência de Equipamentos Médicos Hospitalares. Disponível em [https://www.saude.df.gov.br/contratos-2017/-/asset\\_publisher/vSkLbZyz5ze0/content/contrato-087-2017](https://www.saude.df.gov.br/contratos-2017/-/asset_publisher/vSkLbZyz5ze0/content/contrato-087-2017) (acesso em 03/09/2023)



18. *Nessa perspectiva, verifica-se que não houve resposta específica da SES/DF quanto ao item III.a da Decisão acima referida, sobretudo no que tange à compatibilização das instalações físicas das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS<sup>21</sup>, do Ministério da Saúde.*

19. *Foi informada a existência do Contrato nº 087/2017 - SES/DF, vigente até o dia 03/11/2023, em virtude de prorrogação excepcional decorrente do 6º Termo Aditivo<sup>22</sup>.*

20. *Observa-se que tal contrato teve por objeto apenas a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em equipamentos de oftalmologia.*

21. *Em virtude do término da vigência do Contrato acima, a SES/DF publicou o Pregão Eletrônico nº 90.089/2024 – SES/DF<sup>23</sup>, cujo fim de recebimento da proposta foi em 21/05/2024. Em consulta ao processo SEI nº 00060-00049911/2022-35 citado no edital, verificou-se que foram assinadas duas atas de registro de preços<sup>24</sup>, fruto da seleção do referido certame, uma com a empresa BK Engenharia e Metrologia Ltda (assinou o Contrato nº 051300/2024 – SESDF, em 18/04/2024) e a outra com a empresa Mazimu's Serviços Especializados Ltda. (não se localizou contrato no DODF).*

22. *De toda forma, convém ressaltar que o contrato celebrado a partir do citado Pregão não tem o condão de atender a nenhuma das determinações exaradas pelo TCU, tendo em vista que, na melhor hipótese, apenas as máquinas existentes continuarão operando normalmente.*

23. *Apesar de haver necessidade dessa contratação, a existência dela não é capaz por si só de promover a “compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS”, conforme preceituado pela Decisão nº 2398/2019.*

24. *Noutro giro, a SES/DF apresenta medidas que estariam sendo empreendidas visando cumprimento da Decisão nº 2398/2019, a exemplo do andamento processual (Processo SEI nº 00060-00169477/2017-41), objetivando aquisição de equipamentos necessários aos serviços de oftalmologia, assim como o desenvolvimento de um software, visando controle dos equipamentos médicos.*

---

<sup>21</sup> Disponível em

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0288\\_19\\_05\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0288_19_05_2008.html) (acesso em 28/09/2023)

<sup>22</sup> Trata da Rede de Atenção em Oftalmologia no âmbito do SUS. Disponível em <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/578998/6%C2%BA+Termo+Aditivo+ao+Contrato+087-2017.pdf> (acesso em 22/09/2023)

<sup>23</sup> Disponível em

<https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Edital+PE+90089.2024.pdf/4b76ea67-561f-2d05-b695-5d4785c9353f?t=1715276241282> (acesso em 22/05/2024)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA**

25. Ao compulsar os citados autos, por meio do andamento processual, é possível observar que houve sua revogação. Ato contínuo, verifica-se a existência de dois processos recentes (Processos SEI nºs 00060- 00080377/2024-04<sup>25</sup> e 00060-00080404/2024-31<sup>26</sup>), visando aquisição de equipamentos de oftalmologia (ambos vinculados ao Processo revogado).

*Figura 1: Revogação do edital e processos vinculados para aquisição de equipamento de oftalmologia*



Fonte: Processo SEI nº 00060-00053052/2023-60.

26. Em consulta aos referidos Processos, verifica-se a existência dos memorandos nºs 32<sup>27</sup> e 34<sup>28</sup>, com o fito de atendimento à Decisão nº 2398/2019. Contudo, os últimos despachos<sup>29</sup> (em 09/05/2024) de ambos os processos se referem à necessidade de ajustes, visando enquadramento dos ritos da Lei 14.133/2021<sup>30</sup>, visto que a Lei 8.666/1993 foi revogada em dezembro de 2023.

27. Dessa forma, constata-se que, apesar de existirem processos em andamento no âmbito da SES/DF, visando atender à determinação referida, ainda serão necessárias diversas etapas até a conclusão do processo licitatório, cujos editais sequer foram publicados.

<sup>25</sup> E-DOC 397F830C (associado aos autos)

<sup>26</sup> E-DOC E059C001-e (associado aos autos)

<sup>27</sup> E-DOC 397F830C (associado aos autos), página 1

<sup>28</sup> E-DOC E059C001-e (associado aos autos), página 1

<sup>29</sup> E-DOC E059C001-e (associado aos autos), página 7 e E-DOC 397F830C (associado aos autos), página 48

<sup>30</sup> Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



28. *No entanto, entende-se que a conclusão dos processos, assim como dos Estudos Técnicos Preliminares a eles vinculados<sup>31</sup>, terão o condão de atender, ao menos parcialmente, as diligências dispostas no item III.a e III.b da Decisão nº 2398/2019, in verbis:*

*a) adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde; b) elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam...*

29. *Portanto, sugere-se ao Plenário considerar não atendidas as diligências e reiterar os itens III.a e III.b da Decisão nº 2398/2019, tendo em vista que não foi informada pela Jurisdicionada, bem como não foram encontradas evidências no sentido de que a SES/DF tenha promovido alterações nas instalações físicas de suas unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, conforme preconiza a Portaria nº 288/2008-SAS, do Ministério da Saúde.*

30. *Ademais, apesar da existência de um levantamento de necessidade de aquisição desses equipamentos, conforme relatório gerado no dia 21/05/2024<sup>32</sup>, verifica-se que ainda está sem a previsão de concretização das aquisições e consequente substituição dos equipamentos em condições inadequadas para a oferta de serviços oftalmológicos à população.*

31. *Quanto ao item III.c da Decisão nº 2398/2019, convém ressaltar que a SES/DF também não atendeu à diligência, visto que não encaminhou plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, abrangendo todo o ciclo de vida do equipamento, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, que prevê:*

*Resolução nº 2/2010 da Anvisa*

*Art. 4º Para efeito deste regulamento técnico são adotadas as seguintes definições:*

*XIV - plano de gerenciamento: documento que aponta e descreve os critérios estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a execução das etapas do gerenciamento das diferentes tecnologias em saúde submetidas ao controle e fiscalização sanitária abrangidas nesta Resolução, desde o planejamento e entrada no estabelecimento de saúde, até sua utilização no serviço de saúde e descarte;*

32. *Ademais, de acordo com a citada Resolução, esse Plano é*

---

<sup>31</sup> Processos SEI nºs 00060-00080377/2024-04 e 00060-00080404/2024-31, citados nos memorandos 32/2024 e 34/2024 da SES/DF

<sup>32</sup> 397F830C-e, páginas 3/45 (associado aos autos)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA**

de caráter obrigatório<sup>33</sup>, motivo pelo qual se propõe ao Plenário considerar não atendido o item III.c da Decisão nº 2398/2019 e reiterar a citada diligência.

33. A Jurisdicionada Informou<sup>34</sup> em janeiro de 2020 que estava elaborando um Sistema de Gerenciamento de Equipamentos – SIGEP. Isso posto, foi observado<sup>35</sup> no segundo monitoramento que a tramitação desse sistema estava sendo tratada no Processo SEI nº 00060-00533074/2018-41.

34. Em consulta ao citado processo, embora restrito, verifica-se que o último andamento processual se refere a data anterior (junho/2019) à resposta da Secretaria (janeiro/2020), motivo pelo qual se depreende que esse sistema não está em execução.

Figura 2: Andamento SIGEP

**Histórico do Processo 00060-00533074/2018-41**  
Ver histórico resumido

Lista de Andamentos (195 regis)

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
31/07/2019 15:02	SES/GAB/CTINF/DSI/GRN	55216933648	Documento 18215245 (Despacho) retirado do bloco 636156
23/07/2019 16:38	SES/GAB/CTINF/DSI	55216815343	Conclusão do processo na unidade
13/05/2019 09:10	SES/SINFRA/DEC	55201896725	Conclusão do processo na unidade
08/05/2019 15:40	SES/GAB/CTINF/DSI	55216919807	Ciência no processo

Fonte: Processo SEI nº 00060-00533074/2018-41

35. Por outro lado, consultando os processos vinculados aos citados autos, observou-se a existência do Processo SEI nº 00060-00005847/2024-42, acesso restrito, cujo objeto se refere à aquisição de Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde – GETS, visando gestão de equipamentos médicos hospitalares.

<sup>33</sup> Resolução Anvisa nº 2/2010. Art. 6º Os estabelecimentos de saúde devem elaborar e implantar Plano de Gerenciamento para as seguintes tecnologias em saúde abrangidas por este regulamento técnico:

I - produtos para saúde, incluindo equipamentos de saúde;

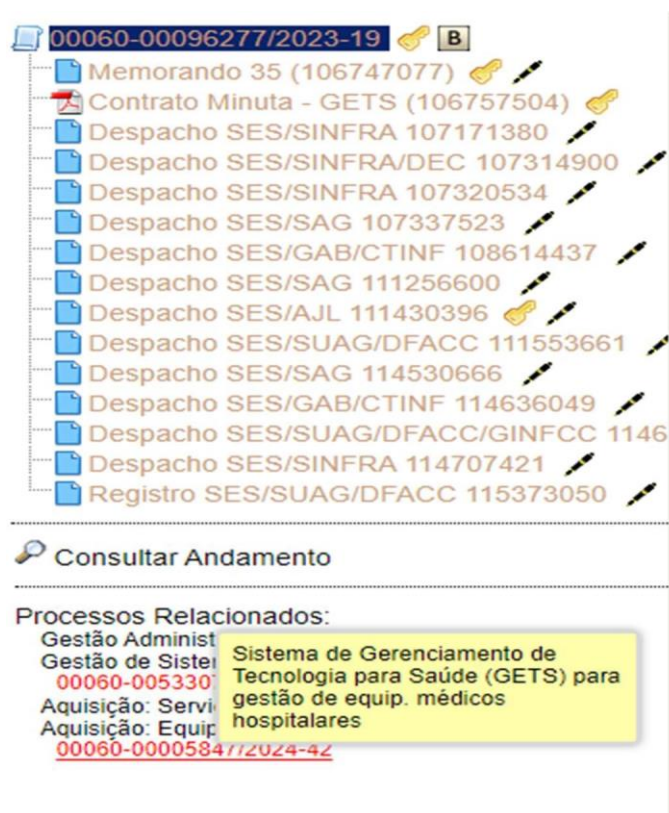
<sup>34</sup> Peça 202, e-DOC 091D678F, página 107

<sup>35</sup> Peça 202, e-DOC 091D678F, página 31



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Figura 3: Sistema GETS



Fonte: Processo SEI nº 00060-00005847/2024-42

36. O processo acima se iniciou em 04/01/2024 e a última movimentação ocorreu em 11/07/2024. A localização do novo processo envolvendo o sistema de Gerenciamento de gestão de equipamento demonstra que a Secretaria pode estar adotando medidas para atender a determinação do Tribunal.

37. Não obstante, como dito anteriormente, o sistema já deveria estar em curso, sendo, portanto, necessário reiterar o item III.c da Decisão nº 2398/2019.

38. Quanto ao alerta inserto no item IV<sup>36</sup> da Decisão nº 2398/2019, o descumprimento do decisum por parte da SES/DF, em princípio, atrairia a hipótese prevista no art. 272, VII, §3º<sup>37</sup>, do RITCDF, que prevê a aplicação de multa aos responsáveis, sem necessidade de audiência.

39. Contudo, pondera-se que a decisão é de 2019 e a

<sup>37</sup> Art. 272. O Tribunal poderá aplicar multa, cujo valor máximo será atualizado na forma prescrita no § 1º deste artigo, aos responsáveis por contas e atos adiante indicados, observada a seguinte gradação: VII - descumprimento de decisão do Tribunal, salvo motivo satisfatoriamente justificado: entre vinte e cem por cento do montante a que se refere o caput deste artigo; § 3º A multa aplicada com fundamento nos incisos IV, V, VI, VII ou VIII prescinde de prévia audiência dos responsáveis, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida ou do ofício de apresentação da equipe de fiscalização.



*manifestação da SES/DF é de janeiro/2020. No lapso temporal até a presente data<sup>38</sup>, já passaram alguns Secretários de Estado pela Pasta.*

40. *Nessa perspectiva, entende-se que esse alerta é personalíssimo - uma vez que substitui, processualmente, a própria audiência.*

41. *Dito isso, convém ressaltar que a Secretária atual<sup>39</sup> não foi alertada acerca da possibilidade de aplicação de multa sem audiência, motivo pelo qual se propõe ao Plenário alertar à atual Secretária de Estado do Distrito Federal de que a situação destes autos tem configurado descumprimento de decisão da Corte, podendo implicar na aplicação de multa sem necessidade de audiência prévia do responsável, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 dias.*

### **III. ANÁLISE DE MÉRITO DA REPRESENTAÇÃO Nº 55/2021-G2P<sup>40</sup>**

#### **III.1. TEOR DA REPRESENTAÇÃO**

42. *A Representação formulada pela Segunda Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal Contas do Distrito Federal – MPjTCDF trata da suposta falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF).*

43. *De acordo com o Parquet, no referido hospital faltam mitomicina, tubos para glaucoma e trépanos, entre outros insumos essenciais para a realização de cirurgias, motivo pelo qual têm ocorrido suspensões de procedimentos cirúrgicos no HBDF.*

44. *Noticiou, ainda, a precariedade de aparelhos utilizados na realização de procedimentos cirúrgicos, a exemplo do equipamento Vitreófago, desativado há cerca de 02 (dois) anos, o que tem motivado o encaminhamento de pacientes ao CBV - Hospital de Olhos de Brasília para realizarem procedimentos cirúrgicos.*

45. *Ademais, o Órgão Ministerial assinalou que a falta desses insumos e equipamentos, além de afetar o atendimento aos usuários, obsta o desenvolvimento do programa de residência médica realizado no local.*

46. *Registrou, ainda, que a situação noticiada na Representação nº 55/2021 – G2P se mostra similar à encontrada pela equipe de auditoria desta Corte, constante do Processo nº 35.734/2008, em que se relatou a falta de equipamentos para a realização de procedimentos oftalmológicos no HBDF.*

47. *Destacou que, por meio de inspeção realizada na SES/DF,*

---

<sup>38</sup> 14/06/2024

<sup>39</sup> Lucilene Florêncio. No comando da pasta desde junho de 2022 (<https://www.saude.df.gov.br/perfil-da-secret%C3%A1ria>) e a Decisão é de 2019

<sup>40</sup> Peça 6, e-DOC C4B6F373, Processo nº 00600-00008357/2021-09-e



conforme Processo nº 38.483/2013, a Unidade Técnica deste Tribunal identificou apenas um aparelho Vitreófago no HBDF e a instauração do Processo nº 0060-005208/2013 para aquisição de outro equipamento.

48. Acrescentou que a Pasta da Saúde, diante da existência de cerca de 90 (noventa) pacientes aguardando atendimento, havia iniciado o credenciamento de empresas interessadas em realizar serviços oftalmológicos em caráter complementar.

49. Registrou a existência destes autos, em que o Tribunal deliberou para que a SESDF, entre outras medidas, elaborasse plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas, conforme se verifica da Decisão nº 2.398/2019.

50. Por fim, requereu o conhecimento da Representação nº 55/2021 – G2P e a autorização de fiscalização no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF, para avaliar o abastecimento de insumos utilizados em procedimentos cirúrgicos, assim como avaliar o impacto do desabastecimento no programa de residência médica em curso no referido hospital.

### **III.2 - MANIFESTAÇÃO DA SES/DF**

51. A SES/DF apresentou resposta por intermédio do Ofício nº 1970/2022 - SES/GAB<sup>41</sup>, encaminhando manifestações das áreas técnicas.

52. Inicialmente, aludindo ao Decreto nº 39.546/2018<sup>42</sup>, elenca as competências da Gerência de Avaliação Técnica Assistencial dos Contratos de Gestão e de Resultados – GATCG, estabelecidas no art. 33, do citado normativo<sup>43</sup>, dentre as quais, destaca<sup>44</sup>:

Art. 33. À Gerência de Avaliação Técnica Assistencial dos Contratos de Gestão e de Resultados - GATCG, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Avaliação e Qualificação da Assistência, compete:

III - avaliar a produção de serviços executados pela instituição contratada;

V - manter atualizadas as informações relacionadas à avaliação da produção e dos resultados das instituições contratadas referente aos Contratos de Gestão;

IX - requisitar, sempre que necessário, informações e

---

<sup>41</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 23, e-DOC E76C7BD0, páginas 01/02

<sup>42</sup> Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

<sup>43</sup> Disponível em:

[https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c7d8594440ea48969cee564fafa77865/Decreto\\_39546\\_19\\_12\\_2018.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2039.546%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018&text=1%C2%BA%20Fica%20aprova%20o%20Regimento,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o.](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c7d8594440ea48969cee564fafa77865/Decreto_39546_19_12_2018.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2039.546%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018&text=1%C2%BA%20Fica%20aprova%20o%20Regimento,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o.)  
(acesso em 25/09/2023)

<sup>44</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 23, e-DOC E76C7BD0, página 5



*documentação complementar às instituições contratadas referente aos Contratos de Gestão;*

53. Ademais, a Secretaria de Saúde do DF aduziu<sup>45</sup> que o IGESDF teria obrigação contratual de realizar os procedimentos de oftalmologia e não realizou nos anos 2020/2021, bem como solicitou ao referido Instituto adoção das medidas administrativas necessárias ao atendimento do cumprimento de Sentença decorrente de ação movida pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, que versa acerca da realização de cirurgias de vitrectomia.

54. Feitas essas considerações, a SES/DF requereu ao IGESDF esclarecimentos quanto a descontinuidade na realização das cirurgias de vitrectomia, os motivos que ensejaram a não realização das citadas cirurgias nos anos de 2020 e 2021, as medidas que estão sendo tomadas para sua reativação, bem como o prazo para retomada dos procedimentos.

55. O IGESDF, por sua vez, em resposta aos esclarecimentos solicitados pela Secretaria, alegou<sup>46</sup> que na manifestação enviada ao TCDF apresentou proposta concreta para eliminar a falta de insumos, entre os quais, mitomicina, tubos para glaucoma, trépanos e equipamento de vitreólago, essenciais para realização de cirurgias oftalmológicas, e que interferem no andamento de atividades, dentre elas a da residência médica, e o atendimento à população.

56. Outrossim, afirmou que apresentou proposta de aquisição de aparelho vitreofágo, por meio da captação de recursos financeiros via emendas parlamentares federais.

57. Posteriormente, a SES/DF<sup>47</sup> asseverou que não houve resposta do IGESDF para alguns dos esclarecimentos solicitados, sobretudo o prazo para retomada dos serviços relativos à realização dos procedimentos de vitrectomia. Por isso, a SES/DF solicitou novamente informações ao Instituto, conforme Ofício nº 1534/2022 - SES/GAB<sup>48</sup>.

58. Em atendimento ao citado Ofício, o IGESDF, acostou sua manifestação aos autos do Processo SEI nº 00600-00009986/2021-48 (acesso restrito)

### **III.3 - MANIFESTAÇÃO DO IGESDF**

59. O IGESDF se manifestou por intermédio do Ofício nº 449/2022 - IGESDF/DP/CONJUR<sup>49</sup>.

60. Inicialmente, alegou que há exposição de interferência no

---

<sup>45</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 23, e-DOC E76C7BD0, página 80

<sup>46</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Memorando nº 35/2022 - IGESDF/DP/CONJUR, Peça 23, e-DOC E76C7BD0, página 69 (22/02/2022)

<sup>47</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 23, e-DOC E76C7BD0, página 71/72 (24/02/2022)

<sup>48</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 23, e-DOC E76C7BD0, página 76 (02/03/2022)

<sup>49</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 22, e-DOC B633E9F3



*andamento das atividades do Programa de Residência Médica e, por conseguinte, no atendimento à população.*

61. *Esclareceu que a Área Técnica formulou algumas pontuações que permitem considerar o aparelho vitreóforo disponível no HBDF como um equipamento que estaria obsoleto e, por essa razão, impossibilitaria a realização das cirurgias de retina com a devida margem de segurança para o cirurgião e para o paciente.*

62. *Por isso, justificou a não realização de procedimentos dessa natureza desde julho de 2019<sup>50</sup>, tendo em vista a desnecessária exposição de riscos aos pacientes.*

63. *Esclareceu que, mediante tratativas com a SES/DF, chegou ao entendimento mais recente, no sentido de que é possível o gasto com investimentos pelo IGESDF, desde que contemplado no Plano Orçamentário Anual do Instituto. Assim, aduziu que o IGESDF deverá se planejar para a aquisição e tem trabalhado para a obtenção do equipamento por meio de captação de verbas parlamentares.*

64. *No que tange ao atendimento das pessoas em espera para o procedimento narrado na Exordial, o IGESDF se comprometeu a apoiar a SES/DF, atendendo aos referidos pacientes a fim de "higienizar a fila". No entanto, alegou não ter condições de comprometer-se a realizar os procedimentos dependentes do equipamento, em razão da indisponibilidade aqui narrada. Por isso, noticiou o encaminhamento dos pacientes à clínica credenciada da SES/DF, caso verificada a necessidade de realização do procedimento.*

65. *Para a aquisição do vitreóforo, informou que houve o Procedimento de Estimativa nº 135/2020 – material de OPME e equipamento para o serviço de oftalmologia. A estimativa, segundo o Instituto, está vinculada ao Elemento Técnico nº 67/2021<sup>51</sup>, que tem por objeto a aquisição de equipamento para cirurgia de vitrectomia (vitreóforo) e seus insumos. Arrematou que a aquisição desse equipamento em comodato é objeto do Processo SEI nº 04016-00029132/2019-13.*

66. *Afirmou que a aquisição desse aparelho é escopo de atualização do Parque Tecnológico do Instituto, que não mede esforços para captação de recursos financeiros por meio de Emendas Parlamentares.*

67. *A Gerência de Regulação do Instituto ressaltou que os procedimentos ambulatoriais, consultas e procedimentos cirúrgicos em oftalmologia estão sob escopo da atuação do Complexo Regulador do DF – CR/DF, e todos os agendamentos ocorrem com a prévia autorização no Sistema de Regulação.*

---

<sup>50</sup> Processo nº 9986/2021, peça 12, e-DOC A5236FA5, página 1, despacho juntado em 14/03/2023

<sup>51</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ELEMENTO-TECNICO.pdf> (acesso em 28/09/2023)



68. *Em relação aos estoques de insumos, anexou o Relatório de Posição de Estoque do HB em 18/02/2022<sup>52</sup>.*

69. *Ademais, informou que se encontram aguardando cirurgia oftalmológica 4.208 pacientes (considerando-se todo o DF)<sup>53</sup>, sendo que na fila de retina cirúrgica são 1.526 pacientes, que engloba pacientes aguardando vitrectomia e injeção intra-vítrea.*

70. *Afirmou que houve, nos anos de 2020 e 2021, redução da oferta de salas cirúrgicas e redução do número de pacientes cirúrgicos agendados devido às medidas para prevenção da transmissão da COVID -19. Entretanto, de acordo com o IGESDF, o Serviço de Oftalmologia realizou em 2020, 1.126 cirurgias eletivas e em 2021, 822 cirurgias eletivas.*

71. *Arrematou afirmando que os médicos residentes se encontram totalmente inseridos em todos os cenários descritos, acompanhando todas as atividades e realizando seu treinamento em serviço.*

72. *Assim, argumentou que não resta comprovada a interrupção da assistência oftalmológica pelo IGESDF que inviabilize a regularidade do programa de residentes.*

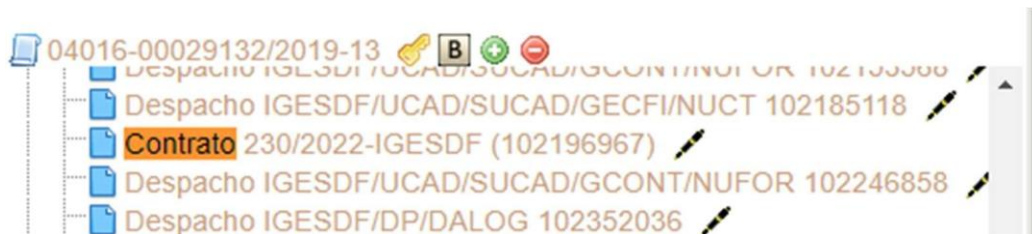
### **III.4 – ANÁLISE**

73. *Inicialmente, cabe frisar que as irregularidades narradas na Representação nº 55/2021 – G2P são as seguintes:*

- 1) Falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do HBDF; e*
- 2) Precariedade de aparelhos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas;*

74. *Compulsando os autos do Processo SEI nº 04016-00029132/2019- 13, citado pelo IGESDF, apesar de restrito, observou-se, por meio de consulta ao andamento processual, a celebração do Contrato nº 230/2022<sup>54</sup>.*

**Figura 4: celebração de Contrato nº 230/2022 – IGESDF**



<sup>52</sup> Processo nº 00600-00009986/2021-48, peça 15, e-DOC 319F31F2

<sup>53</sup> Processo nº 00600-00009986/2021-48, peça 24, e-DOC 5FA4B3FB, documento juntado em 14/03/2022

<sup>54</sup> Disponível em: <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2022/11/CONTRATO-No-2302022-IGESDF.pdf> (acesso em 25/09/2023)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA**

Fonte: Processo SEI nº 04016-00029132/2019-13

75. Em consulta à página da transparência do IGESDF<sup>55</sup>, observou-se que o citado Contrato tem por objeto a aquisição de insumos para cirurgia de vitrectomia com o fornecimento de equipamento em comodato (vitreófago) para o serviço de oftalmologia.

76. O referido Contrato, que foi assinado em 27/12/2022, tinha vigência por 12 meses, contudo por força da cláusula quinta<sup>56</sup> poderia se estender por até 60 meses. Assim, por meio do 1º Termo Aditivo – TA<sup>57</sup>, esse contrato foi prorrogado por mais seis meses, de modo que permaneceu vigente até 27/06/2024.

77. Outrossim, por meio do 2º TA, esse contrato foi prorrogado até 27/12/2024, conforme demonstrado na Figura abaixo.

Figura 5: Prorrogação Contrato IGESDF nº 230/2022

link	ANO	Nº INSTRUMENTO	CNPJ	CONTRATADA	TERMO ADITIVO	STATUS
	2024	230/2022	32.929.899/0004-77	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	2º TA	VIGENTE

EMPRESA		
ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA		
MODALIDADE	ESPECIFICIDADE	
CHAMAMENTO	Apuração	
OBJETO		
PRORROGAÇÃO - AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CIRURGIA DE VITRECTOMIA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO PARA O SERVIÇO DE OFTALMOLOGIA		
DATA INÍCIO	DATA FIM	DIAS DE VIGÊNCIA
27-04-2024	27-12-2024	33
TIPO DE INSTRUMENTO	VALOR GARANTIA (R\$)	
CONTRATO	N/A	
ÁREA FISCAL	FISCAL	
INUTM	Liliane Tereza Cavalli	
CONTRATO EMERGENCIAL	COVID	
NÃO	NÃO	

Fonte: <https://info.saude.df.gov.br/contratosiges/> (acesso em 30/07/2024)

78. Observa-se, portanto, que tal Contrato, assim como o respectivo TA, foram celebrados em momento posterior à resposta dos jurisdicionados (SES/DF e IGESDF), contemplando o equipamento (vitreófago), fornecido em regime de comodato, assim como os insumos

<sup>55</sup> Disponível em: <https://info.saude.df.gov.br/contratosiges/> (acesso em 25/09/2023)

<sup>56</sup> CLÁUSULA QUINTA – A vigência deste CONTRATO será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que não ultrapasse o limite máximo de 60 (sessenta) meses, inclusive com suas eventuais prorrogações, salvo se estiver previamente justificada e ratificada pela Diretoria Executiva a vantajosidade da celebração da avença por prazos mais alongados.

<sup>57</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2022/03/PRIMEIRO-TERMO-ADITIVO-AO-CONTRATO-No-2302022-IGESDF-PRORROGACAO-DE-VIGENCIA.pdf> (acesso em 20/01/2024)



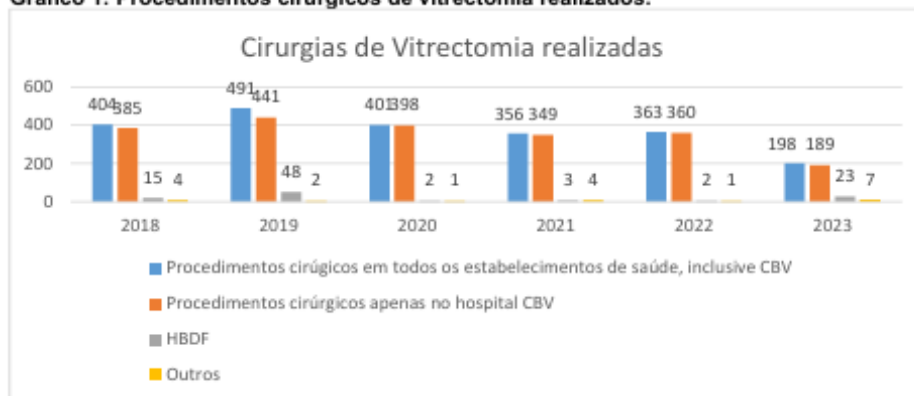
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

necessários para cirurgia de vitrectomia, que não estava sendo realizada desde 2019 pelo Instituto<sup>58</sup>, em razão dos fatos apontados pelo IGESDF em sua resposta<sup>59</sup> (equipamento que se encontrava disponível não conferia a segurança necessária para realização de cirurgia).

79. Ademais, em consulta na internet<sup>60</sup>, verificou-se notícia indicando que o IGESDF retomou em meados de junho/2023 a realização dessa cirurgia, que estava suspensa há quatro anos (2019-2023).

80. Nessa perspectiva, extraíram-se, da página da transparência do IGESDF<sup>61</sup>, os dados de procedimentos relacionados à vitrectomia<sup>62</sup>, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1: Procedimentos cirúrgicos de vitrectomia realizados:



Fonte: conforme dados obtidos no portal da transparência do IGESDF<sup>63</sup>, período de 2018 a 2023 (acesso em 20/01/2024)

81. Compulsando os dados do gráfico acima, observa-se que, de fato, em 2020, 2021 e 2022 praticamente não ocorreram cirurgias no HBDF. Contudo, em 2023<sup>64</sup>, vê-se que 23 procedimentos envolvendo vitrectomia foram realizados no citado hospital no exercício aludido.

<sup>58</sup> Processo nº 9986/2021, peça 12, e-DOC A5236FA5, página 1, despacho juntado em 14/03/2023

<sup>59</sup> Processo nº 00600-00008357/2021-09, Peça 22, e-DOC B633E9F3

<sup>60</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/noticia/hospital-de-base-retoma-cirurgias-de-retina-realizadas-em-patologias-graves-de-visao/> e <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/saude-volta-a-fazer-cirurgias-de-retina-em-doencas-graves/> (acesso em 26/09/2023)

<sup>61</sup> Disponível em: <https://info.saude.df.gov.br/outrosprocedimentosprocedimentoscirurgicossalait/> (acesso em 26/09/2023)

<sup>62</sup> 0405030177 - vitrectomia posterior com infusão de perfluorocarbono/óleo de silicone/endolaser, 0405030142 - vitrectomia posterior, 0405030169 - vitrectomia posterior com infusão de perfluorocarbono e endolaser e 0405030134 - vitrectomia anterior

<sup>63</sup> Disponível em <https://info.saude.df.gov.br/outrosprocedimentosprocedimentoscirurgicossalait/>

<sup>64</sup> Conforme notícia acima, a partir de junho



82. *Em decorrência disso, verifica-se que ocorreu a retomada das cirurgias de vitrectomia no âmbito do IGESDF. Isso acaba resultando em melhorias também no programa de residência médica, um dos assuntos abordados na Exordial.*

83. *Adicionalmente, verifica-se a publicação<sup>65</sup> de Edital de Credenciamento 05/2023<sup>66</sup> - SES/DF. O referido edital tem por objeto a contratação de procedimentos cirúrgicos, em complementariedade na rede privada pela modalidade de credenciamento. Estão elencados, dentre os procedimentos a serem contratados, as cirurgias de Vitrectomia Posterior com Infusão e Vitrectomia Posterior.*

84. *Conforme item 2.7.3<sup>67</sup> do citado documento, há estimativa de que sejam ofertadas 649<sup>68</sup> cirurgias de vitrectomia ao longo da vigência contratual<sup>69</sup>. Em consulta à página de contratos da SES/DF, ao pesquisar pelo processo SEI nº 00060-00239834/2023-94 vinculado ao edital em tela, foram localizados três Contratos SES/DF (nºs 049676/2023<sup>70</sup>, 049677/2023<sup>71</sup> e 049689/2023<sup>72</sup>) advindos do citado Edital de Credenciamento, assinados em 23/08/2023 e com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogados na forma dos artigos 106<sup>73</sup> e 107<sup>74</sup> da Lei nº 14.133/2021.*

85. *Dessa forma, constata-se esforços da SES/DF no sentido de ampliar a oferta de procedimento cirúrgicos referentes à Vitrectomia.*

86. *Em relação aos materiais e insumos faltantes<sup>75</sup>, ao consultar o estoque disponível no Portal da Transparência da Saúde, observa-se que havia informação no sentido de que o material trepano*

---

<sup>65</sup> Disponível em [https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2023%7C06\\_Junho%7CDODF%20117%2023-06-2023%7C&arquivo=DODF%20117%2023-06-2023%20INTEGRA.pdf](https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2023%7C06_Junho%7CDODF%20117%2023-06-2023%7C&arquivo=DODF%20117%2023-06-2023%20INTEGRA.pdf) (acesso em 29/09/2023), página 124

<sup>66</sup> Disponível em [https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/SEI\\_GDF+-+115768774+-+Edital+de+Credenciamento+N%C2%BA+05.2023.pdf/213ba179-bfee-da3c-b300-3008d355f9e6?t=1687515748879](https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/SEI_GDF+-+115768774+-+Edital+de+Credenciamento+N%C2%BA+05.2023.pdf/213ba179-bfee-da3c-b300-3008d355f9e6?t=1687515748879) (acesso em 27/09/2023)

<sup>67</sup> Edital de Credenciamento nº 05/2023 – SES/DF, página 02.

<sup>68</sup> 262 cirurgias de vitrectomia posterior com infusão de perfluorocarbono/óleo de silicone/endolaser e 387 cirurgias vitrectomia posterior

<sup>69</sup> 12 (doze) meses

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049676-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049677-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049689-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>73</sup> Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

<sup>74</sup> Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

<sup>75</sup> Processo 8357/2021, Representação nº 55/2021 – G2P, Peça 06, e-DOC C4B6F373, página 1



para córnea estava disponível à época da consulta, à exceção do trepano de 7,50mm.

Figura 6: estoque do material trepano

3987	TREPANO DE CORNEA 6,5 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque
3835	TREPANO DE CORNEA 7,0 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque
3836	TREPANO DE CORNEA 7,25 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque
311	TREPANO DE CORNEA 7,50 MM	UNIDADE	✗ Sem Estoque
3838	TREPANO DE CORNEA 8,0 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque
2389	TREPANO DE CORNEA 8,25 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque
3839	TREPANO DE CORNEA 8,5 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque
3840	TREPANO DE CORNEA 9,0 MM	UNIDADE	✓ Com Estoque

Fonte: Disponível em <https://info.saude.df.gov.br/estoque-de-orteses-proteses-e-materiais-especiais> (acesso em 26/09/2023).

87. Quanto aos insumos relacionados a tubo de glaucoma e mitomicina C, não foram localizados tais produtos no estoque do IGESDF, em consulta ao Portal da Transparência<sup>76</sup>.

88. Contudo, observou-se a realização do Chamamento Público nº 126/2023<sup>77</sup>, que tem por objeto contrato de fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) para o serviço de oftalmologia. Em que pese no referido Chamamento constar “implante de drenagem para glaucoma”, item 1 e “trepano de córnea 7,50 mm”, item 5, não foi localizado no Contrato<sup>78</sup> nº 510/2023 – IGESDF<sup>79</sup> a contratação do item 1.

89. Por outro lado, foi localizado compra do implante de drenagem para glaucoma, em 23/01/2024, conforme termo<sup>80</sup> disponível no site do IGESDF, o que demonstra iniciativa do Instituto de modo a repor o material faltante no estoque.

90. Ademais, tendo em vista a localização do Contrato nº 510/2023 – IGESDF, que foi celebrado posteriormente ao protocolo da demanda do MPJTCDF, entende-se que o referido instrumento celebrado tem o potencial de suprir, em larga medida, os insumos faltantes narrados na Representação.

91. Ato contínuo, em que pese os assuntos ligados à falta de insumos e medicamentos estarem recebendo o devido tratamento por meio de outros processos nesta Corte, verificou-se a existência da Ata

<sup>76</sup> Por meio dos links:

<https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049689-2023.pdf> e <https://www.saude.df.gov.br/Infosaude> (saude.df.gov.br)

<sup>77</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Anexo-I-Edital-1.pdf> (acesso em 27/09/2023)

<sup>78</sup> Advindo do Chamamento Público nº 16/2023

<sup>79</sup> Disponível em [Contrato-no-5102023-IGESDF.pdf](https://www.igesdf.org.br/Contrato-no-5102023-IGESDF.pdf) (acesso em 20/01/2024)

<sup>80</sup> Disponível em [Termo-de-Aceite-assinado-1.pdf](https://www.igesdf.org.br/Termo-de-Aceite-assinado-1.pdf) (igesdf.org.br) (acesso em 23/01/2024)



*de Registro de Preços IGESDF nº 385/2022<sup>81</sup>, assinada em 25/11/2022, com vigência por 12 meses, podendo ser prorrogada uma vez por igual período. Referida Ata foi devidamente prorrogada até 08/12/2024<sup>82</sup>, conforme documento constante na página do InfoSaúde - DF<sup>83</sup>*

92. A mencionada Ata contém, dentre outros, o medicamento mitomicina C que, conforme dito anteriormente, não foi localizado em consulta ao estoque do IGESDF. Esse medicamento foi relatado na Representação como ausente no estoque.

93. Ademais, em que pese a situação no momento da consulta registrar a falta de material, sabe-se que a posição do estoque é dinâmica, ou seja, tanto os medicamentos existentes em estoque podem faltar como também os que não constavam em estoque podem ser repostos, caso a consulta seja feita posteriormente.

94. O planejamento adequado evita que o fornecimento de medicamento seja interrompido. Nessa perspectiva, convém ressaltar que a falta de insumos e medicamentos é um problema sistêmico. Dessa forma, tem sido avaliada de forma macro nos processos nºs 5504/2011 e 13240/2019, que tramitam no âmbito desta Corte.

95. Quanto à falta de equipamentos, outro assunto abordado na Exordial, convém ressaltar que, mediante pesquisa realizada, observou-se a celebração do Contrato nº 230/2022 – IGESDF, prorrogado por meio do 1º TA até 27/06/2024, contemplando o equipamento vitreófago, fornecido em regime de comodato, assim como os insumos necessários para cirurgia de vitrectomia. Outrossim, por meio do 2º TA, esse contrato foi prorrogado até 27/12/2024, conforme dados visualizados na figura 5.

96. Com isso, as cirurgias no HBDF voltaram a ser realizadas, conforme visto no gráfico 1.

97. Ademais, no intuito de ampliar as cirurgias oftalmológicas, foram celebrados três contratos pela SES/DF (nºs 049676/2023<sup>84</sup>, 049677/2023<sup>85</sup> e 049689/2023<sup>86</sup>) advindos do Edital de Credenciamento 05/2023 – SES/DF, assinados em 23/08/2023 e com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogados na forma dos artigos 106<sup>87</sup> e 107<sup>88</sup> da Lei nº 14.133/2021.

---

<sup>81</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2022/05/ATA-REGISTRO-DE-PRECO-No-3852022.pdf> (acesso em 27/09/2023)

<sup>82</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2022/05/PRORROGACAO-DO-PRAZO-DE-VIGENCIA-DA-ATA-DE-REGISTRO-DE-PRECOs-N.o-3852022.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>83</sup> Disponível em <https://info.saude.df.gov.br/contratosiges/> (acesso em 23/05/2024)

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049676-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>85</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049677-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049689-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024)

<sup>87</sup> Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes



98. *Diante do exposto, propõe-se ao Tribunal considerar a Representação nº 55/2021 - G2P procedente, visto que, de fato, constatou-se a falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF).*

99. *Além disso, sugere-se ao Plenário determinar ao IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos constantes na Representação nº 55/2021 - G2P.*

#### **IV – CONCLUSÃO**

100. *Tratam os autos da Auditoria Operacional nº 2.0002.08, constante do Plano Geral de Ação de 2008, realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tendo como objeto a avaliação de instalações, de equipamentos e instrumentos e, ainda, a guarda e gestão de materiais pela Secretaria, no que tange aos centros cirúrgicos oftalmológicos.*

101. *Em razão da citada auditoria, após diversas diligências, foi proferida a Decisão nº 2398/2019, que reitera o item IV DA decisão nº 3842/2015.*

102. *Ademais, por meio da Decisão nº 3609/2021, proferida no Processo nº 00600-00008357/2021-09-e, apenso, o Tribunal conheceu da Representação nº 55/2021-G2P e seus anexos, determinou ao IGESDF e à SES/DF que, apresentassem esclarecimentos circunstanciados quanto ao teor da citada Representação, bem como determinou a apensação do Processo nº 00600-00008357/2021-09 a estes autos, para fins de apreciação conjunta.*

103. *Nesta fase processual realizou-se a análise das medidas adotadas pela SES/DF em atenção à Decisão nº 2398/2019, exarada do bojo dos presentes autos, assim como das manifestações do IGESDF e da SES/DF, face à Decisão nº 3609/2021, com vistas à análise de mérito da Representação nº 55/2021 – G2P.*

104. *No que tange à Decisão nº 2398/2019, observaram-se ações da SES/DF no sentido de atendê-la, tendo em vista a tramitação dos Processos SEI nos 00060-00080377/2024-04 e 00060-00080404/2024-31, visando aquisição de equipamentos de oftalmologia.*

105. *No entanto, entende-se que a conclusão dos processos, assim como dos Estudos Técnicos Preliminares a eles vinculados<sup>89</sup>, tem o condão de atender apenas parcialmente as diligências dispostas no*

---

diretrizes:

<sup>88</sup> Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

<sup>89</sup> Processos SEI nºs 00060-00080377/2024-04 e 00060-00080404/2024-31, citados nos memorandos 32/2024 e 34/2024 da SES/DF



*item III.a e III.b da Decisão nº 2398/2019,*

106. *Portanto, sugere-se ao Plenário considerar as diligências não atendidas e reiterar os itens III.a e III.b da Decisão nº 2398/2019, tendo em vista que não foi informado pela Jurisdicionada, bem como não foram encontradas evidências no sentido de que a SES/DF tenha promovido alterações nas instalações físicas de suas unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, conforme preconiza a Portaria nº 288/2008-SAS, do Ministério da Saúde.*

107. *Ademais, apesar da existência de um levantamento de necessidade de aquisição desses equipamentos, conforme relatório gerado no dia 21/05/2024<sup>90</sup>, verifica-se que ainda está sem a previsão de concretização das aquisições e consequente substituição dos equipamentos em condições inadequadas para a oferta de serviços oftalmológicos à população.*

108. *Quanto ao item III.c da Decisão nº 2398/2019, convém ressaltar que a SES/DF também não atendeu à diligência, visto que não encaminhou plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, abrangendo todo o ciclo de vida do equipamento, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa.*

109. *Ademais, de acordo com a citada Resolução, este Plano é de caráter obrigatório, motivo pelo qual se propõe ao Plenário considerar não atendido o item III.c da Decisão nº 2398/2019 e reiterar a citada diligência.*

110. *Quanto ao alerta inserto no item IV<sup>91</sup> da Decisão nº 2398/2019, o descumprimento do decisum por parte da SES/DF, em princípio, atrairia a hipótese prevista no art. 272, VII, §3º, do RITCDF, que prevê a aplicação de multa aos responsáveis, sem necessidade de audiência.*

111. *Contudo, pondera-se que a decisão é de 2019 e a manifestação da SES/DF é de janeiro/2020. No lapso temporal até a presente data<sup>92</sup>, já passaram alguns secretários de estado pela Pasta.*

112. *Nessa perspectiva, entende-se que esse alerta é personalíssimo - uma vez que substitui, processualmente, a própria audiência.*

113. *Convém ressaltar que a secretária atual não foi alertada acerca da possibilidade de aplicação de multa sem audiência, motivo pelo qual se propõe ao Plenário alertar à atual secretária de estado no sentido de que a situação destes autos tem configurado descumprimento à decisão da Corte, implicando na possibilidade de aplicação de multa sem necessidade de audiência prévia, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 dias.*

114. *No que tange à Representação nº 55/2021 – G2P, entende-*

---

<sup>90</sup> 397F830C-e, páginas 3/45 (associado aos autos)

<sup>92</sup> 14/06/2024



*se que deve ser considerada procedente, visto que, de fato, constatou-se falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF).*

115. No entanto, foram identificadas ações do IGESDF para mitigar os problemas relatados na Representação, tais como celebração do Contrato nº 510/2023 – IGESDF objetivando aquisição de insumos, bem como celebração do Contrato nº 230/2022 – IGESDF, prorrogado por meio do 1º TA até 27/06/2024, contemplando o equipamento vitreóforo, fornecido em regime de comodato, assim como os insumos necessários para cirurgia de vitrectomia. Com isso, as cirurgias no HBDF voltaram a ser realizadas, conforme visto no gráfico 1 desta Instrução.

116. Ademais, no intuito de ampliar as cirurgias oftalmológicas, foram celebrados três contratos pela SES/DF (049676/2023, 049677/2023 e 049689/2023) advindos do Edital de Credenciamento 05/2023 – SES/DF, assinados em 23/08/2023 e com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogados na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

117. Apesar da falta de insumos e de medicamentos ser tratada de forma abrangente nos processos nºs 5504/2011 e 13240/2019, que tramitam no âmbito desta Corte, localizou-se o Contrato nº 510/2023 – IGESDF, que tem o condão de repor os materiais e insumos apontados como faltantes na Representação sob exame.

118. Dessa forma, sugere-se ao Plenário determinar ao IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos constantes na Representação nº 55/2021 - G2P.

## **V - SUGESTÕES**

119. Diante do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

### **I. tomar conhecimento:**

- a) do Ofício nº 218/2020 - SES/GAB (e-DOC 091D678F-e, peça 202, página 101);
- b) dos Ofícios nºs 449/2022 - IGESDF/DP/CONJUR (e-DOC B633E9F3, peça 22) e 1970/2022 - SES/GAB (e-DOC E76C7BD0, peça 23), ambos vinculados ao Processo nº 00600-00008357/2021-09-e, apenso aos presentes autos;
- c) do Ofício nº 444/2021 – G2P (e-DOC 267F76F3, peça 18 do Processo nº 00600-00008357/2021-09-e);
- d) da Informação nº 111/2023 – DIASPI (e-DOC



*FF1A0927-e, peça 204);*

*II. considerar:*

- a) não atendidas as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3842/2015, reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019;*
- b) procedente a Representação nº 55/2021 – G2P;*

*III. reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para que no prazo de 180 dias, dê efetivo cumprimento as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3842/2015, reiterada pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019;*

*IV. determinar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos constantes na Representação nº 55/2021 - G2P;*

*V. alertar a Gestora atual da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que a situação destes autos tem configurado descumprimento à decisão da Corte, implicando na possibilidade de aplicação de multa sem necessidade de prévia audiência do responsável, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 dias;*

*VI. autorizar:*

- a) o envio de cópia da Informação nº 111/2023 – DIASPI, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF;*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Educação, Áreas Sociais e Saúde Pública - SEASP, para as devidas providências.*

*(...)*

Por sua vez, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, mediante o Parecer nº 668/2024-G2P (peça 208), converge parcialmente com o Corpo Técnico, conforme excertos a seguir:

*(...)*

*53. Os autos vieram ao MPCDF para emissão de Parecer.*

*54. Recorde-se, por relevante, que a atuação do MPCDF nessa área não se resume à Representação antes citada. Vejamos, por*



**exemplo:**

□ **Representação 37/2017, Processo 35431/2017** - noticiando possíveis falhas na prestação de serviços de oftalmologia pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. O TCDF decidiu “II – autorizar: a) a realização de processo fiscalizatório para apuração dos fatos narrados pelo Representante”, DECISÃO Nº 6152/2017, mas **nada foi feito**. De lá para cá, constam sucessivos ofícios ministeriais, impulsionando o feito, com denúncias, notícias e documentos relevantes, sem qualquer êxito. Para se ter uma ideia, consta como relator do feito Conselheiro aposentado desde 2021.

□ **Representação 43/2022, Processo 8927/2022** – demora para a realização de cirurgia de catarata. Os autos, todavia, foram arquivados, autorizando-se o registro dos fatos apontados na Representação n.º 43/2022-G2P nos assentamentos da SEASP/TCDF, a fim de subsidiar a Auditoria Operacional acerca da prestação de serviços oftalmológicos, constante do Plano Geral de Ação 2022 (DECISÃO Nº 3370/2022). A auditoria, contudo, não foi realizada.

□ **Representações 35 e 37/2024, Processos 8452/2024 e 8420/2024** – denunciam a destinação ao todo de mais de R\$ 30 milhões de reais, para uso em carretas, em projeto que abrange a realização de cirurgias oftalmológicas, bem como a destinação de óculos aos pacientes, mediante a utilização de pessoas interpostas, no caso OSCs. Referidos recursos não serão utilizados para a compra de bens permanentes para a rede pública, mas migrarão, caso não se o impeça, para as mãos da iniciativa privada, em flagrante ineficiência e antieconomicidade.

□ **Representação n.º 45/2024 – G2P, Processo n.º 00600-00009195/2024-61-e**, que informa a situação das **listas de esperas para a realização de cirurgias na rede pública**. No caso da Oftalmologia, vale a pena transcrever o que se segue:

“Ressalte-se que, segundo o Complexo Regulador do Distrito Federal - CRDF, até fevereiro de 2023, o DF possuía 31.508 usuários aguardando cirurgias eletivas, sendo a solicitação mais antiga datada de setembro de 2018 (dois anos antes da pandemia).

Ocorre que, diligenciando a respeito (Ofício n.º 298/2024 - G2P, respondido pelo Ofício Nº 7571/2024 - SES/GAB Brasília-DF, 25 de julho de 2024), chegou-se ao quantitativo de **31.718 cirurgias na rede pública de saúde, em lista de espera, no dia 17/07/24**.

Destaque-se o Plano Distrital de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, aprovada no Colegiado de Gestão da SESDF – CGSES/DF (Deliberação n.º 04, de 13 de março de 2023), que contempla as seguintes especialidades: Cabeça e Pescoço; Cirurgia Geral; Cirurgia Ginecológica; Cirurgia Vascular; Coloproctologia; **Oftalmologia**; Ortopedia; Otorrinolaringologia; e Urologia (DISTRITO FEDERAL, 2023). A iniciativa envolve fomento distrital e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

do Governo Federal, conforme Portaria GM/MS nº 90/2023, que traz o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas.

São as especialidades de otorrinolaringologia, **oftalmologia** e urologia possuem maior representatividade com percentual de 21,9%, quanto à demanda reprimida.

Dentre as classificadas como vermelha, nota-se a predominância das especialidades de **oftalmologia (retina e vitrectomia)**, urologia (ureterolitíase) e ginecologia (endoscopia ginecológica).<sup>38</sup>

55. Pois bem, diante desse cenário, o MPCDF, com as vênias de estilo, **aquiesce, em parte, às proposições da Unidade Técnica, discordando, apenas, do item III, transcrito acima (item 52 desta peça)**, com sugestão de ajuste.

56. É que **passados 15 anos da determinação original, não cabe mais a reiteração de deliberações que permanecem sem cumprimento, apesar das várias manifestações do controle externo e dos prazos já concedidos, que, até o momento, não surtiram o integral efeito almejado.**

(...)

79. A tabela, a seguir, resume as Determinações pendentes de cumprimento e as respectivas reiterações.

<b>Determinações Não Atendidas</b>	<b>Determinação Original</b>	<b>Reiterações</b>
<b>adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos</b> das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde	Decisão nº 2600/2009 (Achado 3 do Relatório de Auditoria 2.0002.08, peça 195, p. 25)	Decisão nº 4877/2009 Decisão nº 952/2011 Decisão nº 4084/2014 Decisão nº 3842/2015 Decisão nº 6401/2016 Decisão nº 533/2018 Decisão nº 2398/2019
<b>elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde</b>	Decisão nº 4084/2014 (item V.c)	Decisão nº 3842/2015 Decisão nº 6401/2016 Decisão nº 533/2018 Decisão nº 2398/2019

<sup>38</sup> Recentemente, o TCDF decidiu: “II – deixar de adotar medidas nos autos em exame, em razão de a fiscalização levada a efeito no Processo nº 31.724/18 ter por objeto matéria que abrange a da Representação; III – autorizar: a) o apensamento dos autos em exame ao Processo nº 31.724/18” (DECISÃO Nº 3034/2024).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

<b>Determinações Não Atendidas</b>	<b>Determinação Original</b>	<b>Reiteraões</b>
<i>elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam</i>	<i>Decisão nº 2600/2009 (Achado nº 2 do Relatório de Auditoria nº 2.0002.08, peça 195, p. 25)</i>	<i>Decisão nº 4877/2009 Decisão nº 952/2011 Decisão nº 4084/2014 Decisão nº 3842/2015 Decisão nº 6401/2016 Decisão nº 533/2018 Decisão nº 2398/2019</i>

80. Portanto, a partir de 2009, a Secretaria de Estado de Saúde tem sido reiteradamente notificada e advertida para cumprir as medidas exigidas, o que evidencia uma persistente inércia administrativa, que permanece sob monitoramento e cobrança do Controle Externo.

81. Nesse ponto, cabe uma breve consideração sobre as prerrogativas do Controle Externo para efetivação de suas determinações. No que se refere aos fundamentos legais e doutrinários que respaldam essa Corte no exercício de sua missão institucional e constitucional, é importante destacar que as sanções aplicadas pelos Tribunais de Contas têm como base o art. 71, inciso VIII, combinado com a simetria prevista no art. 75, ambos da Constituição Federal de 1988. Na esteira imposta pela Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal confere ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a competência para aplicar sanções, desde que estejam previstas em lei. A Lei Complementar nº 1, de 09/05/1994, em seu artigo 57, incisos I a VII, e §§ 1º e 2º, estabelece as bases para a aplicação dessas sanções. Além disso, o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal (RITCDF), conforme o § 2º do art. 57 da referida Lei Complementar, detalha as disposições relativas às multas.

82. No campo doutrinário, Luciano Ferraz distingue as multas aplicadas pelos Tribunais de Contas em duas categorias: multa coerção e multa sanção. A primeira tem o objetivo de compelir o cumprimento de uma determinação, como nas infrações impostas pelo Poder Público em casos de descumprimento de medidas administrativas, enquanto a segunda possui um caráter reparador, destinado a compensar um dano causado. Esse entendimento foi discutido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 190.985-4/SC<sup>51</sup>, onde se reafirmou a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal para aplicar essas multas, diferenciando-as entre coerção e sanção.

83. Outra diferença relevante apontada por Luciano Ferraz entre a multa coerção e a multa sanção diz respeito ao momento em que o contraditório deve ser exercido pelo responsável. Esse entendimento é corroborado por súmulas dos Tribunais de Contas do

---

<sup>51</sup> RE 190985 (stf.jus.br)



*Estado de Minas Gerais e do Estado do Rio Grande do Norte, bem como por precedente do Tribunal de Contas da União, como o Acórdão nº 476/2016 – Plenário<sup>52</sup>, que fundamentam a não necessidade de audiência prévia para a aplicação de multa em determinados casos.*

84. *Reiterar Determinações indefinidamente significaria desconsiderar o poder-dever coercitivo estabelecido pela Constituição Cidadã e as Leis e, com isso, descumprir a missão institucional do TCDF de resguardar a boa e regular aplicação dos recursos públicos numa área especialmente sensível para os cidadãos pagadores de impostos: a saúde. Portanto, não se pode ignorar o fato de que a mera reiteração das decisões já proferidas, sem medidas concretas e eficazes para garantir seu cumprimento, perpetua uma situação que coloca em risco a saúde e o bem-estar de milhares de cidadãos em fila de espera.*

85. *Diante do cenário posto, forçoso reconhecer que se o Secretário de Estado tivesse exercido corretamente seu dever de fiscalização, cobrando das unidades subordinadas o cumprimento das diligências, a determinação do TCDF poderia ter sido atendida de forma eficaz e dentro do prazo estipulado. Assim, a falha na supervisão hierárquica foi determinante para o descumprimento da obrigação, evidenciando a responsabilidade do Secretário na situação. Essa falha, seja pela omissão em fiscalizar ou pela imperícia na execução dessa supervisão, estabelece um nexo de causalidade entre sua conduta negligente e o resultado prejudicial, que é o não atendimento tempestivo das determinações pelo TCDF.*

86. *Nesse contexto de responsabilização pela omissão na gestão, destaco que o inciso V.a da Decisão nº 2398/2019 promoveu a cientificação da situação ora tratada ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal, além do Secretário de Estado de Saúde e do Conselho de Saúde, mediante o envio de cópia do Relatório de Segundo Monitoramento e do relatório e voto do Relator e da decisão.*

87. *Assim; na mesma lógica acima, cabe cientificar ao atual Governador do Distrito Federal acerca da situação precária em tela, além de determinar que, no exercício de seu dever, como chefe do Poder Executivo Distrital, tome providências para dar cabo às pendências apontadas nesta fase, alertando-o que também pode incorrer em responsabilidade, caso deixe de cumprir adequadamente suas responsabilidades de supervisão sobre a Pasta da Saúde<sup>53</sup>.*

---

<sup>52</sup> Pesquisa textual | Tribunal de Contas da União (tcu.gov.br)

<sup>53</sup> Vide Lei Orgânica do DF: Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: (...) III - nomear e exonerar Secretários de Governo (...) IV - exercer, com auxílio dos Secretários de Governo, a direção superior da administração do Distrito Federal (...) Art. 105 (...) Parágrafo único. Compete aos Secretários de Governo, além de outras atribuições estabelecidas na Orgânica e nas demais leis: (...) IV - apresentar ao Governador relatório anual de sua gestão” (...) FICA SUBSTITUÍDA A EXPRESSÃO “SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL” POR “SECRETÁRIO DE ESTADO DO DISTRITO FEDERAL”, CONFORME EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 44 DE 29/11/05 – DODF DE 09/12/05.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

88. *Por todo o exposto, considerando que é patente a desassistência, provocada pela falta de investimentos na área da Oftalmologia no SUSDF, o MPCDF opina de acordo com as sugestões do Corpo Técnico, divergindo do item III, já transcrito, devendo ser substituído pelas seguintes providências:*

*a) autuação de processo em apartado para ouvir os responsáveis com relação ao descumprimento da Decisão da Corte, a partir de 2013 (DECISÃO Nº 5827/2013), ocasião em que o Corpo Técnico deve elaborar Matriz de Responsabilidade;*

*b) audiência da Secretária de Estado de Saúde, com vistas à aplicação de multa por ato de gestão antieconômico, se for o caso, considerando o atual estado dos serviços de oftalmologia entregues à população; e*

*c) ciência e determinação ao Governador do DF, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote todas as providências cabíveis, para que seja dado efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/2015, alertando-o que o descumprimento poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94.*

89. *Por fim, o MPCDF requer que o TCDF autorize e realize auditoria nessa importante área, em cumprimento às suas próprias decisões 6152/2017<sup>54</sup> e 3370/2022<sup>55</sup>.*

É o Relatório.

---

<sup>54</sup> Processo 35431/2017-e.

<sup>55</sup> Processo 00600-00008927/2022-33-e



## VOTO

Tratam os autos da Auditoria Operacional nº 2.0002.08, constante do Plano Geral de Ação de 2008, realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tendo como objeto a avaliação de instalações, de equipamentos e de instrumentos, bem como a guarda e gestão de bens, materiais e equipamentos pela Secretaria, no que tange aos centros cirúrgicos oftalmológicos.

A Unidade Técnica realizou a mencionada fiscalização, emitindo o Relatório de Auditoria de Desempenho nº 2.0002.08 (peça 9).

Após a análise de diversas diligências, o Plenário expediu determinações à SES/DF, mediante a Decisão nº 3.842/2015 (peça 113).

Após a realização de 2 monitoramentos (peças 151 e 172), foram considerados atendidos os itens IV.c e IV.e da Decisão nº 3.842/2015, conforme Decisões nºs 6.401/2016 (peça 130), 533/2018 (peça 159), 2.327/2019 (peça 177) e 2.398/2019 (peça 179) (última deliberação).

Na última deliberação destes autos, a Corte, por meio dos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019<sup>5</sup> (peça 179), reiterou à Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF as diligências remanescentes, itens IV.a, IV.b e IV.d da Decisão nº 3.842/2015, nos termos a seguir relacionados:

- a) adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde;
- b) elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam;
- c) elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos,

---

<sup>5</sup> (...) II – considerar em relação à Decisão nº 3.842/15: (...) b) não atendido o inciso IV, alíneas “a”, “b” e “d”; (...)

IV- alertar o Secretário de Estado de Saúde que o descumprimento de deliberação desta Corte, sem causa justificada, poderá ensejar aplicação de penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da LC no 01/94; (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM).

Em atendimento à deliberação supramencionada, a SES/DF encaminhou ao Tribunal manifestação, por intermédio do Ofício nº 218/2020-SES/GAB (peça 186).

Posteriormente, por meio da Decisão nº 3.609/2021 (cópia à peça 203), proferida no bojo do Processo nº 00600-00008357/2021-09, o Tribunal conheceu da Representação nº 55/2021-G2P e seus anexos (peças 1/6 do Processo nº 8.357/2021-09), apresentada pelo MPjTCDF, versando acerca de possíveis irregularidades relacionadas à falta de insumos para a realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF; determinou ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF e à SES/DF que apresentassem esclarecimentos circunstanciados quanto ao teor da citada Representação, bem como autorizou a apensação do referido processo nestes autos.

Em cumprimento à decisão retromencionada, o IGESDF e a SES/DF encaminharam ao Tribunal os Ofícios nºs 449/2022 – IGESDF e 1.970/2022-GAB-SES (peças 22/23 do Processo nº 8.357/2021-09).

Consoante Certidão – GPAT (peça 206), fui designado relator destes autos.

**Nesta fase**, analisam-se o atendimento das diligências contidas na Decisão nº 2.398/2019 (peça 179) e o mérito da Representação nº 55/2021-G2P e seus anexos (peças 1/6 do Processo nº 8.357/2021-09-apenso).

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 111/2023 – DIASP1 (peça 204), analisa as medidas adotadas pela SES/DF em atenção à Decisão nº 2.398/2019.

A Unidade Instrutiva indica que a SES/DF informou a existência do Contrato nº 087/2017 – SES/DF, referente à prestação de serviços de manutenção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

preventiva e corretiva com reposição de peças em equipamentos de oftalmologia, vigente até o dia 03.11.2023, em razão de prorrogação excepcional decorrente do 6º Termo Aditivo.

Em virtude do término da vigência do Contrato nº 087/2017 – SES/DF, a SES/DF publicou o Pregão Eletrônico nº 90.089/2024-SES/DF, cujo fim de recebimento de proposta foi em 21.05.2024. Em consulta ao Processo SEI nº 00060-00049911/2022-35 citado no edital, o Corpo Técnico verificou que foram assinadas duas atas de registro de preços, uma com a empresa BK Engenharia e Metrologia Ltda. e a outra com a empresa Mazimu`s Serviços Especializados Ltda.

O CT ressalta que a prestação de serviços decorrentes do citado Pregão não tem o condão de atender nenhuma das determinações exaradas pelo TCDF, tendo em vista que, na melhor das hipóteses, apenas as máquinas existentes continuarão operando normalmente.

Noutro giro, o Corpo Instrutivo aponta que SES/DF informa acerca do Processo SEI nº 00060-00169477/2017-41, objetivando aquisição de equipamentos necessários aos serviços de oftalmologia, assim como o desenvolvimento de um *software*, visando controle de equipamentos médicos.

Ao consultar o andamento processual do Processo SEI nº 00060-00169477/2017-41, observa que houve sua revogação. Ato contínuo, verifica a existência de dois processos recentes, Processos SEI nºs 00060-00080377/2024-04 (associado aos autos, e-DOC 397F830C) e 00060-00080404/2024-31 (associado aos autos, e-DOC E059C001-e), visando aquisição de equipamentos de oftalmologia (ambos vinculados ao processo revogado).

Em pesquisa aos referidos processos, o CT verifica a existência dos memorandos 32/2024 e 34/2024 (respectivamente, e-DOC 397F830C-e, p. 1 e e-DOC E059C001-e, p. 1), com fito ao atendimento da Decisão nº 2.398/2019. Contudo, os últimos despachos (em 09.05.2024) de ambos os processos (respectivamente, e-DOC 397F830C-e, p. 48 e e-DOC E059C001-e, p. 7) se referem à necessidade de ajustes, visando enquadramento dos ritos à Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº



14.133/2021). Dessa forma, constata que ainda seriam necessárias diversas etapas até a conclusão do processo licitatório, cujos editais foram sequer publicados.

A Unidade Técnica, no entanto, entende que a futura conclusão dos processos, assim como dos Estudos Técnicos Preliminares a eles vinculados, tem o condão de atender apenas parcialmente as diligências dispostas no item III.a e III.b da Decisão nº 2.398/2019<sup>6</sup>.

Assim, sugere ao Plenário considerar as diligências não atendidas e reiterar os itens III.a e III.b da Decisão nº 2398/2019, tendo em vista que não foi informado pela Jurisdicionada e não foram encontradas evidências no sentido de que a SES/DF tenha promovido alterações nas instalações físicas de suas unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, conforme preconiza a Portaria nº 288/2008-SAS, do Ministério da Saúde, bem como ainda está sem previsão de concretização as aquisições e consequente substituição dos equipamentos em condições inadequadas para oferta de serviços oftalmológicos à população, apesar da existência de um levantamento de necessidade de aquisição desses equipamentos, conforme relatório gerado no dia 21.05.2024 (associados, e-DOC 397F830C-e, p. 3/45, cópia Processo SEI nº 00060-00080377/2024-04).

Quanto ao item III.c da Decisão nº 2.398/2019<sup>7</sup>, o Corpo Técnico ressalta que a SES/DF também não atendeu a diligência, visto que não encaminhou plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, abrangendo todo o ciclo de vida do equipamento, em observância à Resolução Anvisa nº 2/2010<sup>8</sup>. De acordo com a citada Resolução, esse Plano é de caráter obrigatório<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> a) adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde;

b) elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam;

<sup>7</sup> c) elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM).

<sup>8</sup> Art. 4º Para efeito deste regulamento técnico são adotadas as seguintes definições:

(...)

XIV - plano de gerenciamento: documento que aponta e descreve os critérios estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a execução das etapas do gerenciamento das diferentes tecnologias em saúde submetidas ao controle e fiscalização sanitária abrangidas nesta Resolução, desde o planejamento e entrada no estabelecimento



Ademais, registra que a SES/DF informou, em janeiro de 2020, que estava elaborando um Sistema de Gerenciamento de Equipamentos – SIGEP (peça 202, p. 107).

A Unidade Técnica aponta que no Segundo Monitoramento desta Auditoria foi observado que a tramitação desse sistema (SIGEP) estava sendo tratada no Processo SEI nº 00060-00533074/2018-41. Em consulta ao citado processo, embora restrito, verificou que o último andamento processual (junho/2019) se refere a data anterior à resposta da Secretaria (janeiro/2020), motivo pelo qual se depreende que este sistema não estava em execução.

Ato contínuo, ao consultar os processos vinculados ao Processo SEI nº 00060-00533074/2018-41, observou a existência do Processo nº 00060-00005847/2024-42, acesso restrito, cujo objeto se refere à aquisição de Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde- GETS, visando a gestão de equipamentos médicos hospitalares. O referido processo se iniciou em 04.01.2024 e a última movimentação ocorreu em 11.07.2024, demonstrando que a Secretaria pode estar adotando medidas para atender a determinação do Tribunal.

Não obstante, pondera que o sistema já deveria estar em curso. Portanto, sugere à Corte reiterar o item III.c da Decisão nº 2.398/2019.

Quanto ao alerta inserto no item IV da Decisão nº 2398/2019<sup>10</sup>, o Corpo Técnico aduz que o descumprimento do decisum por parte da SES/DF, em princípio, atrairia a hipótese prevista no art. 272, VII, §3º, do RI/TCDF<sup>11</sup>, que prevê a aplicação de multa aos responsáveis, sem necessidade de audiência.

---

de saúde, até sua utilização no serviço de saúde e descarte;

<sup>9</sup> Art. 6º Os estabelecimentos de saúde devem elaborar e implantar Plano de Gerenciamento para as seguintes tecnologias em saúde abrangidas por este regulamento técnico:

I - produtos para saúde, incluindo equipamentos de saúde;

<sup>10</sup> IV– alertar o Secretário de Estado de Saúde que o descumprimento de deliberação desta Corte, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94;

<sup>11</sup> Art. 272. O Tribunal poderá aplicar multa, cujo valor máximo será atualizado na forma prescrita no § 1º deste artigo, aos responsáveis por contas e atos adiante indicados, observada a seguinte gradação:

(...)

VII - descumprimento de decisão do Tribunal, salvo motivo satisfatoriamente justificado: entre vinte e cem por cento do montante a que se refere o caput deste artigo;

(...)



Contudo, pondera que a decisão é de 2019 e a manifestação da SES/DF é de janeiro/2020. Assim, até a presente data<sup>12</sup>, já passaram alguns secretários de estado pela Pasta. Ademais, entende que esse alerta é personalíssimo, uma vez que substitui, processualmente, a própria audiência.

Ressalta que a Secretária atual não foi alertada acerca da possibilidade de aplicação de multa sem audiência, motivo pelo qual propõe ao Plenário alertar à atual Secretária de Estado no sentido de que a situação destes autos pode configurar descumprimento à decisão da Corte, implicando na possibilidade de aplicação de multa sem necessidade de audiência prévia, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

No tocante ao mérito da Representação nº 55/2021-G2P (peça 6 do Processo nº 8.357/2021-09-ap), que trata da suposta falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), a Unidade Técnica, por meio da Informação nº 111/2023 – DIASP1 (peça 204), analisa as manifestações apresentadas pelo IGESDF e pela SES/DF<sup>13</sup>.

Quanto ao informado pelo IGESDF relativo à aquisição de vitreógrafo e insumos, em comodato, para realização de cirurgia de vitrectomia, objeto do Processo SEI nº 04016-00029132/2019-13, a Unidade Técnica consultou o andamento dos referidos autos, apesar de restrito, e observou a celebração do Contrato nº 230/2022.

Verificou que o referido Contrato foi assinado em 27.12.2022, tinha vigência por 12 meses, contudo por força da cláusula quinta poderia se estender por até 60 meses. Assim, por meio do 1º Termo Aditivo – TA, esse contrato foi prorrogado por mais seis meses, de modo que permaneceu vigente até 27/06/2024. Outrossim, por meio do 2º TA, esse contrato foi prorrogado até 27.12.2024.

---

§ 3º A multa aplicada com fundamento nos incisos IV, V, VI, VII ou VIII prescinde de prévia audiência dos responsáveis, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida ou do ofício de apresentação da equipe de fiscalização.

<sup>12</sup> 14.06.2024.

<sup>13</sup> Por meio dos Ofícios nºs 449/2022 – IGESDF e 1.970/2022-GAB-SES (peças 22/23 do Processo nº 8.357/2021-09).



O CT ressalta que o Contrato nº 230/2022, assim como o respectivo TA, foram celebrados em momento posterior à resposta dos jurisdicionados (SES/DF e IGESDF), contemplando o equipamento (vitrectógrafo) e insumos necessários para cirurgia de vitrectomia, que não estava sendo realizada desde julho 2019 pelo Instituto (Processo nº 9.986/2021-48, peça 12), em razão de o equipamento disponível não conferir a segurança necessária para realização de cirurgia, conforme apontado pelo IGESDF em sua resposta (Processo nº 8.357/2021-09, peça 22, p. 1).

Ademais, verificou notícia, em consulta na internet<sup>14</sup>, indicando que o IGESDF retomou em meados de junho/2023 a realização da cirurgia de vitrectomia, que estava suspensa há quatro anos (2019-2023).

No mesmo sentido, extraiu da página de transparência do IGESDF os dados de procedimentos relacionados à vitrectomia. Observou que em 2020, 2021 e 2022<sup>15</sup> praticamente não ocorreram cirurgias no HBDF. Contudo, em 2023, foram realizados 23 procedimentos envolvendo vitrectomia, demonstrando a retomada das aludidas cirurgias e resultando em melhorias também no programa de residência médica, um dos assuntos abordados na exordial.

Adicionalmente, a Unidade Técnica verificou a publicação de Edital de Credenciamento nº 05/2023 – SES/DF<sup>16</sup>, cujo objeto era a contratação de procedimentos cirúrgicos, em complementariedade na rede privada pela modalidade de credenciamento. Foram elencados, dentre os procedimentos a serem contratados, as cirurgias de Vitrectomia Posterior com Infusão e Vitrectomia Posterior.

Ato contínuo, registra que, no item 2.7.3 do referido edital, há estimativa de que sejam ofertadas 649 cirurgias de vitrectomia ao longo da vigência

---

<sup>14</sup> Tendo em vista que os links de notícias obtidas pelo Corpo Técnico estavam indisponíveis, minha assessoria pesquisou na internet e obteve notícia no mesmo sentido informado pelo CT. Disponível em <https://www.saude.df.gov.br/web/guest/w/gdf-volta-a-fazer-cirurgias-de-retina-em-patologias-graves-de-vis%C3%A3o> (acesso em 25.10.2024).

<sup>15</sup> No mesmo período, foram realizadas cirurgias de vitrectomia no Hospital CBV: 398 (ano 2020), 349 (ano 2021) e 360 (ano 2022), conforme Gráfico 1 (peça 204, p. 21).

<sup>16</sup> O link informado pelo Corpo Técnico estava indisponível. Minha assessoria identificou o referido edital em pesquisa ao site da SES/DF: [https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Edital\\_145177766\\_EDITAL\\_RETIFICADO+05.pdf/78c4f99c-e60a-120f-f82a-1c3578e884a5?t=1720569721351](https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Edital_145177766_EDITAL_RETIFICADO+05.pdf/78c4f99c-e60a-120f-f82a-1c3578e884a5?t=1720569721351). (acesso em 28.10.2024)



contratual de 12 (doze) meses. Em consulta à página de contratos da SES/DF<sup>17</sup>, foram localizados 3 (três) contratos SES/DF (n<sup>os</sup> 049676/2023<sup>18</sup>, 049677/2023<sup>19</sup> e 049689/2023<sup>20</sup>), advindos do citado edital, assinados em 23.08.2023 e com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n<sup>o</sup> 14.133/2021<sup>21</sup>.

Dessa forma, constatou esforços da SES/DF no sentido de ampliar a oferta de procedimentos cirúrgicos referentes à Vitrectomia.

Em relação aos materiais e insumos faltantes (“há falta de Mitomicina, tubos para glaucoma, trépanos e equipamento de Vitreófago, todos insumos essenciais para realização de cirurgias oftalmológicas.”) indicados na Representação (Processo n<sup>o</sup> 8.357/2021-09, peça 6, p. 1), a Unidade Instrutiva consultou o estoque disponível no Portal da Transparência da Saúde e observou que o material “trepano para córnea” estava disponível à época da consulta<sup>22</sup> (à exceção do trepano de 7,50 mm). Todavia, não foram localizados no estoque do IGESDF os produtos “tubo de glaucoma” e “mitomicina C”.

Contudo, identificou a realização do Chamamento Público n<sup>o</sup> 126/2023 - IGESDF<sup>23</sup>, que tem por objeto contrato de fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) para o serviço de oftalmologia, bem como o Contrato n<sup>o</sup> 510/2023 - IGESDF<sup>24</sup> oriundo do referido chamamento. Foram localizados

<sup>17</sup> Ao pesquisar pelo Processo SEI n<sup>o</sup> 00060-00239834/2023-94, vinculado ao edital em tela.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049676-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024).

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049677-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024).

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Contrato+049689-2023.pdf> (acesso em 20/01/2024).

<sup>21</sup> Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:  
(...)

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

<sup>22</sup> Acesso em 26.09.2023.

<sup>23</sup> Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Anexo-I-Edital-1.pdf> (acesso em 27.09.2023).

<sup>24</sup> O link informado pelo Corpo Técnico está indisponível. Minha assessoria localizou o Contrato n<sup>o</sup> 510/2023 – IGESDF. Disponível em <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Contrato-no-5102023-IGESDF.pdf> (acesso em 25.10.2024).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

“trepano de córnea 7,50 mm” (item 5) e “implante de drenagem para glaucoma” (item 1)<sup>25</sup>, o que demonstra iniciativa do Instituto de modo a repor o material faltante no estoque. Ademais, pondera que o aludido contrato tem o potencial de suprir, em larga medida, os insumos faltantes narrados na Representação.

Ato contínuo, o Corpo Instrutivo verificou a Ata de Registro de Preços IGESDF nº 385/2022 relativa a insumos e medicamentos, assinada em 25.11.2022, com vigência de 12 meses e devidamente prorrogada até 08.12.2024. A mencionada Ata contém, dentre outros, o medicamento mitomicina C que, foi relatado na Representação como ausente no estoque e não foi localizado na consulta ao estoque do IGESDF realizada pelo CT.

Apontou que o planejamento adequado evita que o fornecimento de medicamento seja interrompido e ressalta que a falta de insumos e medicamentos é um problema sistêmico, que vem sendo avaliada de forma macro, no âmbito desta Corte, por meio dos Processos nºs 5.504/2011 e 13.240/2019.

Dessa forma, propõe ao Tribunal considerar procedente a Representação nº 55/2021 - G2P, tendo em vista que, de fato, constatou a falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), bem como sugere à Corte determinar ao IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos constantes na referida Representação.

Por sua vez, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, mediante o Parecer nº 668/2024-G2P (peça 208), converge parcialmente com as sugestões do Corpo Técnico.

O MPC opina de acordo com as sugestões do Corpo Técnico, divergindo do item III<sup>26</sup>, devendo ser substituído pelas seguintes providências (peça 208, p. 28):

---

<sup>25</sup> O Corpo Técnico não identificou o item 1 no Contrato nº 510/2023 – IGESDF. Todavia, identificou no site do IGESDF o termo de aceite do referido produto (peça 204, p. 24).

<sup>26</sup> (peça 204, p. 30/31): III. reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para que no prazo de 180 dias, dê efetivo cumprimento as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3842/2015,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

- a) autuação de processo em apartado para **ouvir os responsáveis com relação ao descumprimento da Decisão da Corte, a partir de 2013** (DECISÃO Nº 5827/2013), ocasião em que o Corpo Técnico deve elaborar Matriz de Responsabilidade;
- b) **audiência da Secretária de Estado de Saúde**, com vistas à aplicação de multa por ato de gestão antieconômico, se for o caso, considerando o atual estado dos serviços de oftalmologia entregues à população; e
- c) **ciência e determinação ao Governador do DF, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote todas as providências cabíveis, para que seja dado efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/2015, alertando-o que o descumprimento poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94.**

Por fim, o MPjTCDF requer que o TCDF autorize e realize auditoria nessa importante área, em cumprimento a suas próprias Decisões nºs 6.152/2017<sup>27</sup> (Processo nº 35.431/2017-e<sup>28</sup>) e 3.370/2022<sup>29</sup> (Processo nº 8.927/2022-33-e).

Ao examinar os autos, concordo com as sugestões do Corpo Técnico e parcialmente com o MPjTCDF, com ajustes redacionais, e com **acréscimo** no sentido de dar ciência ao Gabinete do Governador do Distrito Federal acerca da reiteração à SES/DF das diligências, em razão da relevância da matéria na prestação de serviços oftalmológicos.

No tocante as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019<sup>30</sup>, a

---

reiterada pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019;

<sup>27</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação nº 37/2017-CF (e-doc 85B3C721-c), em face do atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos no § 2º do art. 230 do RI/TCDF; II – autorizar: a) a realização de processo fiscalizatório para apuração dos fatos narrados pelo Representante; b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para adoção das providências cabíveis.

<sup>28</sup> Representação nº 37/2017-CF, oferecida pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas, noticiando possíveis falhas na prestação de serviços de oftalmologia pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

<sup>29</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Representação nº 43/2022-G2P, versando acerca de fila de espera para cirurgia de catarata na rede pública de saúde do Distrito Federal (e-DOC 50D49ED9-e e anexo de e-DOC F13C7D0D-e), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no § 2º do art. 230 do RI/TCDF; b) da Informação nº 62/2022 – DIASP3 (e-DOC EBA57A49-e); c) do Parecer nº 794/2022-G2P (e-DOC 38545E6E-e); d) do Ofício nº 327/2022-G2P (e-DOC 6B0A9F9F-e), em aditamento à Representação nº 43/2022-G2P; II – dar ciência desta decisão à representante; III – autorizar: a) o registro dos fatos apontados na Representação nº 43/2022-G2P nos assentamentos da SEASP/TCDF, a fim de subsidiar a Auditoria Operacional acerca da prestação de serviços oftalmológicos, constante do Plano Geral de Ação 2022; b) o retorno dos autos à SEASP/TCDF, para fins de arquivamento. (grifei)

<sup>30</sup> III – **reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF** que, no prazo de 180 (cento e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

SES/DF encaminhou ao Tribunal manifestação, por intermédio do Ofício nº 218/2020-SES/GAB (peça 186).

A Unidade Técnica analisou a manifestação da SES/DF e realizou pesquisas para avaliar a situação atualizada dos serviços de oftalmologia.

Em apertada síntese, verifica-se que:

- a SES/DF apontou o Contrato nº 087/2017 – SES/DF, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em equipamentos de oftalmologia, vigente até o dia 03.11.2023. Em virtude do término da vigência do aludido contrato, o CT identificou pregão eletrônico realizado para a continuidade dos serviços de manutenção, com a assinatura de duas atas de registro de preços;
- A SES/DF informou acerca do Processo nº 00060-00169477/2017-41, objetivando aquisição de equipamentos necessários aos serviços de oftalmologia, assim como o desenvolvimento de um *software*, visando controle de equipamentos médicos. Ao consultar o andamento processual do aludido processo, a Unidade Técnica observa que houve sua revogação. Ato contínuo, verificou a existência de dois processos recentes, Processos SEI nºs 00060-00080377/2024-04 e 00060-00080404/2024-31, visando aquisição de equipamentos de oftalmologia. Todavia, constatou que ainda seriam necessárias diversas etapas até a conclusão do processo licitatório, cujos editais foram sequer publicados;
- a SES/DF indicou, em janeiro de 2020, que estava elaborando um Sistema de Gerenciamento de Equipamentos – SIGEP. Em consulta ao Processo SEI nº 00060-00533074/2018-41, embora restrito, o Corpo Técnico depreende que este sistema não está em execução. Ato contínuo, ao consultar os processos vinculados ao referido processo, observou a existência do Processo nº 00060-00005847/2024-42, acesso restrito, cujo processo se refere à aquisição de Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde- GETS, visando a gestão de equipamentos médicos hospitalares. O referido processo se iniciou em 04.01.2024 e a última movimentação ocorreu em 11.07.2024, demonstrando que a Secretaria pode estar adotando medidas para atender a determinação do Tribunal. Não obstante, pondera que o sistema já deveria estar em curso.

Dessa forma, conforme exposto acima, em harmonia com a Unidade Técnica e o MPC, entendo que a Corte pode considerar não atendidas as diligências

---

oitenta) dias, **dê efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/15**, no sentido de: **a)** adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde; **b)** elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam; **c)** elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM). (grifei)

dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019<sup>31</sup>.

Ademais, em convergência com o Corpo Técnico, entendo que a melhor solução, neste momento processual, é **reiterar à SES/DF** que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, **dê efetivo cumprimento** as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiterada pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019, **conforme discriminado a seguir**.

A Unidade Técnica, consoante já registrado, realizou fiscalização, emitindo o Relatório de Auditoria de Desempenho nº 2.0002.08 (peça 9).

Após a análise de diversas diligências, o Plenário expediu determinações à SES/DF, mediante a Decisão nº 3.842/2015<sup>32</sup> (peça 113).

Após a realização de 2 monitoramentos (peças 151 e 172), foram considerados atendidos apenas os itens IV.c e IV.e da Decisão nº 3.842/2015, conforme Decisões nºs 6.401/2016 (peça 130), 533/2018<sup>33</sup> (peça 159), 2.327/2019 (peça 177) e 2.398/2019<sup>34</sup> (peça 179) (última deliberação).

<sup>31</sup> **a)** adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde;

**b)** elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam;

**c)** elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM). (grifei)

<sup>32</sup> Itens IV.a, IV.b, IV.c, IV.d e IV.e.

<sup>33</sup> (...) I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Monitoramento de fls. 1.027/1.052; b) dos documentos de fls. 936/1026; II – **considerar: a) atendido o inciso IV, alínea “c” da Decisão nº 3.842/15**; b) **não atendido o inciso IV, alíneas “a”, “b”, “d” e “e” da Decisão nº 3.842/15**; III – **determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, envie a esta Corte relatório sobre as medidas adotadas com vistas à implementação das determinações contidas no inciso IV, alíneas “a”, “b”, “d” e “e” da Decisão nº 3.842/15**, bem como os resultados delas decorrentes, que será utilizado para subsidiar o monitoramento desta Corte; IV – **autorizar**: a) o envio de cópia do Relatório de Monitoramento de fls. 1.027/1.052, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal; b) **a continuidade do monitoramento das ações realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com objetivo de atingir o pleno atendimento das deliberações desta Corte**; (...)

<sup>34</sup> I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Monitoramento de fls. 1.184/1.208; b) dos documentos de fls. 1.078/1.183; II – **considerar em relação à Decisão nº 3.842/15**: a) **atendido o inciso IV, alínea “e”**; b) **não atendido o inciso IV, alíneas “a”, “b” e “d”**; III – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, dê efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/15, no sentido de: a) adotar medidas com vistas à compatibilização das instalações físicas e dos materiais e



Além disso, ressalto que a última manifestação na SES/DF foi apresentada no ano de 2020 e complementada pelo Corpo Técnico, por meio de pesquisas para avaliar a situação atualizada dos serviços de oftalmologia. Em relação à Representação nº 55/2021-G2P, as manifestações foram carreadas no ano de 2022. Portanto, o referido intervalo de tempo compreende o período da pandemia de COVID-19. Assim, neste momento processual, as análises estão sendo retomadas.

Conforme se observa, a Corte vem acompanhando o atendimento das diligências expedidas, considerando algumas atendidas, reiterando as não atendidas e expedindo alertas aos responsáveis.

Desse modo, deixo de acolher a proposta do douto *Parquet* no que tange à autuação de processo em apartado para ouvir os responsáveis com relação ao descumprimento da Decisão da Corte, a partir de 2013, tendo em vista o mencionado acompanhamento realizado pela Corte.

No que que pertine à proposta do MPC de audiência da Secretária de Estado de Saúde, com vistas à aplicação de multa por ato de gestão antieconômico, se for o caso, considerando o atual estado dos serviços de oftalmologia entregues à população, também deixo de acolher, principalmente, porque a última deliberação da Corte é de 2019 (Decisão 2.398/2019) e a manifestação da SES/DF é de janeiro/2020. Portanto, a atual titular da SES/DF não foi alertada acerca das diligências objeto destes autos.

Dessa forma, considero, nesta fase, que a Corte deve alertar à atual titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que a situação destes autos pode configurar descumprimento à Decisão desta Corte, implicando na possibilidade

---

equipamentos das unidades de saúde prestadoras de serviços de oftalmologia, com o disposto na Portaria nº 288/2008- SAS, do Ministério da Saúde; b) elaborar plano de substituição dos equipamentos oftalmológicos em condições inadequadas para o uso a que se destinam; c) elaborar e implementar plano de gerenciamento de equipamentos oftalmológicos, em observância à Resolução nº 2/2010 da Anvisa, contemplando todas as etapas de gestão dos bens, desde o planejamento da aquisição até sua utilização no serviço de saúde (inciso IV, alínea “d” da Decisão nº 3.842/15-CAM); IV – alertar o Secretário de Estado de Saúde que o descumprimento de deliberação desta Corte, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94; V – autorizar: a) o envio de cópia do Relatório de Segundo Monitoramento, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal, ao Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para os fins pertinentes.



de aplicação de multa sem necessidade de prévia audiência da responsável, com fulcro incisos IV, VII e parágrafo 3º do art. 272 do RI/TCDF, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Também deixo de acolher a proposta do MPjTCDF de ciência e determinação ao Governador do DF<sup>35</sup>, tendo em vista que a titular da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF é a autoridade responsável pela matéria tratada nestes autos.

Por outro lado, **em acréscimo**, entendo pertinente que o Plenário dê ciência ao Gabinete do Governador do Distrito Federal – GAG acerca da reiteração à SES/DF das diligências tratadas nestes autos, em razão da relevância da matéria na prestação de serviços oftalmológicos.

No que tange ao requerimento do MPjTCDF para que o TCDF autorize e realize auditoria nos serviços de oftalmologia da SES/DF, cujas fiscalizações já foram previstas em outros dois processos desta Corte, considero dispensável nesta fase, tendo em vista a continuidade das apurações nestes autos.

Em relação ao exame do mérito da Representação nº 55/2021-G2P (peça 6 do Processo nº 8.357/2021-09-ap), que trata da suposta falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), o IGESDF e a SES/DF encaminharam ao Tribunal os Ofícios nºs 449/2022 – IGESDF e 1.970/2022-GAB-SES (peças 22/23 do Processo nº 8.357/2021-09).

A Unidade Técnica analisou as manifestações da SES/DF e do IGESDF e realizou pesquisas complementares para avaliar a situação atualizada dos serviços de oftalmologia.

Em apertada síntese, verifica-se que:

- o IGESDF informou acerca da aquisição de vitreógrafo e insumos, em comodato, para realização de cirurgia de vitrectomia, objeto do Processo SEI nº 04016-

---

<sup>35</sup> para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote todas as providências cabíveis, para que seja dado efetivo cumprimento ao inciso IV da Decisão nº 3.842/2015, alertando-o que o descumprimento poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94.



00029132/2019-13. O Corpo Técnico consultou o andamento dos referidos autos, apesar de restrito, e observou a celebração do Contrato nº 230/2022. Por meio do 2º TA, esse contrato foi prorrogado até 27.12.2024;

- Ressalta que o Contrato nº 230/2022, assim como o respectivo TA, foram celebrados em momento posterior à resposta dos jurisdicionados (SES/DF e IGESDF), contemplando o equipamento (vitreógrafo) e insumos necessários para cirurgia de vitrectomia, que não estava sendo realizada desde julho 2019 pelo Instituto, em razão de o equipamento disponível não conferir a segurança necessária para realização de cirurgia, conforme apontado pelo IGESDF em sua resposta;
- o Corpo Técnico verificou notícia, em consulta na internet, indicando que o IGESDF retomou em meados de junho/2023 a realização da cirurgia de vitrectomia, que estava suspensa há quatro anos (2019-2023). Ademais, extraiu da página de transparência do IGESDF os dados de procedimentos relacionados à vitrectomia. Observou que em 2020, 2021 e 2022<sup>36</sup> praticamente não ocorreram cirurgias no HBDF. Contudo, em 2023, foram realizados 23 procedimentos envolvendo vitrectomia, demonstrando a retoma das aludidas cirurgias e resultando em melhorias também no programa de residência médica, um dos assuntos abordados na exordial;
- a Unidade Técnica verificou a publicação de Edital de Credenciamento nº 05/2023 – SES/DF, cujo objeto era a contratação de procedimentos cirúrgicos, em complementariedade na rede privada pela modalidade de credenciamento. Foram elencados, dentre os procedimentos a serem contratados, as cirurgias de Vitrectomia Posterior com Infusão e Vitrectomia Posterior. Em consulta à página de contratos da SES/DF, foram localizados 3 (três) contratos SES/DF (nºs 049676/2023, 049677/2023 e 049689/2023), advindos do citado edital;
- em relação aos materiais e insumos faltantes (“há falta de Mitomicina, tubos para glaucoma, trépanos e equipamento de Vitreófago, todos insumos essenciais para realização de cirurgias oftalmológicas.”) indicados na Representação, consultou o estoque disponível no Portal da Transparência da Saúde e observou a existência de alguns materiais citados;
- o Corpo Técnico identificou a realização do Chamamento Público nº 126/2023 - IGESDF, que tem por objeto contrato de fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) para o serviço de oftalmologia, bem como o Contrato nº 510/2023 - IGESDF oriundo do referido chamamento. Foram localizados alguns materiais faltantes da consulta ao estoque, o que demonstra iniciativa do Instituto de modo a repor o material faltante no estoque;
- verificou também a Ata de Registro de Preços IGESDF nº 385/2022 relativa a insumos e medicamentos, prorrogada até 08.12.2024. A mencionada Ata contém, dentre outros, um medicamento que não foi localizado na consulta ao estoque.

<sup>36</sup> No mesmo período, foram realizadas cirurgias de vitrectomia no Hospital CBV: 398 (ano 2020), 349 (ano 2021) e 360 (ano 2022), conforme Gráfico 1 (peça 204, p. 21).



Dessa forma, em harmonia com o Corpo Técnico e o MPjTCDF, entendo que o Tribunal deve considerar procedente a Representação nº 55/2021 - G2P, tendo em vista que, de fato, constatou a falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), bem como determinar ao IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos relativos às cirurgias oftalmológicas no âmbito Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF, constantes na referida Representação.

Ademais, posteriormente aos seus pronunciamentos, o MPjTCDF vem protocolando Ofícios juntados aos autos, os quais podem ser conhecidos pela Corte, neste momento processual, conforme relatados a seguir.

Segundo mencionado pelo Corpo Técnico (peça 204, p. 4), após a Corte proferir a Decisão nº 3.609/2021 (cópia à peça 203), no bojo do Processo nº 00600-00008357/2021-09, o MPjTCDF protocolou o Ofício nº 444/2021-G2P (peça 18 do Processo nº 8.357/2021-09), encaminhando reportagem que noticia a cegueira de paciente, decorrente da espera de cirurgia oftalmológica no DF.

No âmbito do Processo nº 35.374/2008-e, o MPC protocolou o Ofício nº 398/2024-G2P (peça 215) e anexos (peças 209/214) noticiando que recebeu denúncia anônima (peça 212), em sua Ouvidoria, informando a grave situação de penúria da rede pública de saúde no atendimento oftalmológico ao cidadão, em especial no Hospital Regional de Taguatinga – HRT e no Hospital Regional da Asa Norte - HRAN. Diligenciando a respeito, o Parquet pediu o acesso ao Processo nº 00060-00169477/2017-41<sup>37</sup>, quando pode observar, por meio de sua análise (peça 213), que a SES/DF tentou, sem êxito, ao longo de mais de 07 anos, a compra de equipamentos essenciais para a boa prestação desses serviços. Neste sentido, o MPC renova o parecer proferido nestes autos e solicita que a Corte determine a adoção de providências para a solução definitiva do problema.

---

<sup>37</sup> Os autos foram arquivados e constituídos outros dois, Processos nºs 00060-00080377/2024-04 e 00060-00080404/2024-31. Os processos referenciados pelo MPC foram apreciados na instrução pela Unidade Técnica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Novamente, no bojo do Processo nº 35.374/2008-e, o MPJ/TCDF protocolou o Ofício nº 392/2024-G2P (peça 217) e anexo (peça 216) informando que recebeu denúncia anônima (peça 216), em sua Ouvidoria, acerca do serviço de oftalmologia da SES/DF interrompido/prejudicado pelo sucateamento dos aparelhos e seu mau uso, citando exemplos do HRAN/HRT, a qual corrobora todos os termos do Parecer emitido pelo douto *Parquet*. Nesta senda, solicita urgentes providências para a solução definitiva do problema.

Em seguida, ainda no âmbito do Processo nº 35.374/2008-e, o MPC protocolou o Ofício nº 405/2024-G2P (peça 221) e anexos (peças 218/220) noticiando que foram requeridos e analisados (peça 219) os Processos nºs 00060-00080377/2024-04 e 00060-00080404/2024-31, que substituíram o Processo nº 00060-00169477/2017-41 (arquivado sem que as aquisições de bens e equipamentos diversos fossem concluídas). Registra que os processos requeridos não apresentam algum sinal de que há um desfecho próximo.

Diante do exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I) tome conhecimento:

- a) do Ofício nº 218/2020 – SES/GAB (peça 186);
- b) dos Ofícios nºs 449/2022 – IGESDF/DP/CONJUR (peça 22 do apenso) e 1.970/2022 – SES/GAB (peça 23 do apenso), ambos vinculados ao Processo nº 00600-00008357/2021-09-e, apenso aos presentes autos.
- c) dos Ofícios nºs 444/2021- G2P (peça 18 do apenso), 398/2024-G2P (peça 215) e anexos (peças 209/214), 392/2024-G2P (peça 217) e anexo (peça 216), 405/2024-G2P (peça 221) e anexos (peças 219/220);
- d) da Informação nº 111/2023 – DIASP1 (peça 204);
- e) do Parecer nº 668/2024-G2P (peça 208);

II) considere:



- a) não atendidas as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiteradas pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019;
  - b) procedente a Representação nº 55/2021-G2P (peça 6 do apenso), tendo em vista que foram constatados falta de materiais, insumos e equipamentos utilizados na realização de cirurgias oftalmológicas no âmbito do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF;
- III) reitere à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, dê efetivo cumprimento as diligências dispostas no item IV da Decisão nº 3.842/2015, reiterada pelos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 2.398/2019;
- IV) determine ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF que adote medidas visando suprir e manter os estoques dos medicamentos e insumos relativos às cirurgias oftalmológicas no âmbito Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF, constantes na Representação nº 55/2021-G2P (peça 6 do apenso);
- V) alerte à atual titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que a situação destes autos pode configurar descumprimento à Decisão desta Corte, implicando na possibilidade de aplicação de multa sem necessidade de prévia audiência da responsável, com fulcro incisos IV, VII e parágrafo 3º do art. 272 do RI/TCDF, devendo as questões pendentes serem resolvidas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- VI) dê ciência ao Gabinete do Governador do Distrito Federal – GAC da reiteração à SES/DF contida no item III desta deliberação em razão da relevância da matéria na prestação de serviços oftalmológicos;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA**

VII) autorize:

- a) o envio de cópia da Informação nº 111/2023 – DIASP1 (peça 204), deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF para dar cumprimento aos itens III e IV desta deliberação, bem como ao Gabinete do Governador do Distrito Federal – GAG em face do contido no item VI desta deliberação;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Educação, Áreas Sociais e Saúde Pública - SEASP para as devidas providências.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2024.

**PAULO TADEU**  
Conselheiro-Relator